

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social – DECSO
Curso de Serviço Social

Pedro Henrique de Oliveira Mayer

**A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): DO SOCIALISMO ROMÂNTICO
À ADAPTAÇÃO À ORDEM BURGESA.**

Mariana, MG

2018

Pedro Henrique de Oliveira Mayer

**A TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): DO SOCIALISMO ROMÂNTICO
À ADAPTAÇÃO À ORDEM BURGESA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Kathiúça Bertollo

Mariana, MG

2018

M468t Mayer, Pedro Henrique.
A trajetória do Partido dos Trabalhadores [manuscrito]: do socialismo romântico à adaptação a ordem burguesa / Pedro Henrique Mayer. - 2018.

79f.:

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Socialismo. 3. Estratégia. 4. Capitalismo. 5. Comunismo. I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 329

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

Pedro Henrique de Oliveira Mayer

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social e examinado pela seguinte banca:

Kathiuça Bertollo

Prof. Dra. Kathiuça Bertollo (orientadora)

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Alexandre Aranha Arbia

Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Raquel Mota Mascarenhas

Prof. Mestra. Raquel Mota Mascarenhas

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Mariana, MG

09/02/2018.

Dedico este trabalho ao conjunto da classe trabalhadora brasileira. Na trincheira da luta de classes temos lado e partido. Somos uma pequena parte daqueles que lutam, e lutarão sempre pela emancipação da humanidade.

Agradecimentos

Momentos como esse são marcantes pelo resto de nossas vidas, sem sombra de dúvidas. Chegar até aqui traz uma sensação de dever cumprido, ao passo que abre novas incertezas em nossas mentes. Um ciclo que se fecha, outros que apenas estão se abrindo, eis a beleza da vida. Por isso, se torna impossível traduzir em poucas linhas as múltiplas sensações que somos convidados a sentir nesse exato momento. Assim, como é impossível afunilar nesse pequeno espaço todos os nomes daqueles e daquelas que fizeram parte dessa caminhada.

Todavia, existem pessoas tão incríveis e especiais, que não podem ser colocadas à margem dessa nota de agradecimento. Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, André e Janete. Pessoas distintas, com histórias diferentes, mas que num determinado momento em suas vidas se encontraram, e desse encontro, rendeu frutos. À minha mãe, pelo amor incondicional, pelo carinho, afeto, atenção, pelas lições passadas, pela escola da vida que é ser seu filho. Pelo esforço em ser mãe, mulher e guerreira. Te amo mãe. Ao meu pai, também pelo amor incondicional, carinho, afeto, atenção, também pela escola da vida que é ser seu filho, obrigado por tudo. O terei sempre como uma inspiração maior, que hoje se traduz em muito naquilo que eu acredito enquanto profissional e ser humano. Te amo comunista.

À minha irmã, Gabriela, que esteve comigo a vida toda, desde os primeiros passos até a nossa formatura. Também te amo. Aos meus amigos/irmãos de Juiz de fora, Victor e Raphael. Amigos de uma vida toda. Inúmeras histórias - crescemos juntos, vocês são simplesmente eternos. Aos meus amigos de casa/republicas que passei aqui em Mariana, são muitos, e em nome de todos, agradeço a Igor Francisco, (Beté) irmão, brother, amigo de boas aventuras nessa Mariana, A todos os meus colegas do curso de Serviço Social, aos meus colegas do meu ex curso de História. Um enorme beijo. Aos meus professores, em nome deles, e em especial, agradeço a minha orientadora, Kathiúça. Muito obrigado por tudo. Parte significativa deste trabalho é resultado direto de sua firme colaboração. À Minha supervisora de campo no estágio, Thaíse, que muito me ensinou e me fez rir. A toda equipe técnica do CREAS OB, muito obrigado pela acolhida e aprendizado nesse período. A toda minha família, amo todos você. E novamente, agradeço todas e todos que passaram em minha vida e que por algum motivo a marcaram positivamente. Só agradeço...

Sonho impossível:

[...] Sonhar mais um sonho
impossível

Lutar quando é fácil ceder

Vencer o inimigo invencível

Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável

Romper a incabível prisão

Voar num limite provável

Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão

Não me importa saber

Se é terrível demais

Quantas guerras terei que vencer

Por um pouco de paz

E amanhã se este chão que eu
beije

For meu leito e perdão

Delirar e morrer de paixão

E assim, seja como for

Vai ter fim a infinita aflição

E o mundo vai ver uma flor

Brotar do impossível chão.

Fernando Pessoa

Resumo

O presente estudo expõe uma reflexão crítica acerca da trajetória histórica do Partido dos trabalhadores (PT) na sociedade brasileira. Busca compreender e identificar, à luz do método crítico dialético, suas marcas progressistas e suas limitações enquanto um instrumento alternativo de radical mudança social. Diante das especificidades do modo de produção capitalista e da luta de classes nacional e internacional, almejamos extrair dessa experiência, suas características particulares, enquanto um movimento político partidário criado pela classe trabalhadora e que transita até se consolidar como uma organização sem referencia da classe que um dia representou. Tem-se como uma de nossas intenções principais, a observação das inflexões sofridas pelo partido ao longo das décadas passadas. A partir da exposição dos marcos *teóricos e estratégicos* que balizaram o percurso histórico do PT, pretende-se desvendar essas determinações que levariam a sua degeneração enquanto um instrumento com independência de classe e ideológica. Diante desses objetivos, conduziremos este estudo através de fontes bibliográficas, artigos e de fontes primárias do partido como nossa matriz de informação.

Palavras-chave: Partido dos trabalhadores, estratégia, Estado, socialismo, emancipação humana.

resumen

El presente estudio expone una reflexión crítica acerca de la trayectoria histórica del Partido de los trabajadores (PT) en la sociedad brasileña. Se busca comprender e identificar, a la luz del método crítico dialéctico, sus marcas progresistas y sus limitaciones como un instrumento alternativo de radical cambio social. Ante las especificidades del modo de producción capitalista y de la lucha de clases nacional e internacional, anhelamos extraer de esa experiencia, sus características particulares, como un movimiento político partidista creado por la clase obrera y que transita hasta consolidarse como una organización sin referencia de la clase que uno el día representó. Se tiene como una de nuestras intenciones principales, la observación de las inflexiones sufridas por el partido a lo largo de las décadas pasadas. A partir de la exposición de los marcos teóricos y estratégicos que balizaron el recorrido histórico del PT, se pretende desvelar esas determinaciones que llevarían su degeneración como un instrumento con independencia de clase e ideológica. Ante estos objetivos, conduciremos este estudio a través de fuentes bibliográficas, artículos y de fuentes primarias del partido como nuestra matriz de información.

Palabras clave: Partido de los trabajadores, estrategia, Estado, socialismo, emancipación humana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... (10)

1 - O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS ESPECIFICIDADES

1.1 A sociabilidade capitalista: considerações sobre seu metabolismo produtivo e o Estado (13)

1.2 Apontamentos sobre a realidade social brasileira: tipos de dominação e classes sociais. (22)

1.3 O lugar do partido político na luta de classes (31)

2 – O PARTIDO DOS TRABALHORES: SEGUINDO SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA NA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

2.1 A metamorfose política: Da radicalidade classista de inspiração socialista à consolidação de uma estratégia democrática e popular. (39)

2.2 Da inflexão moderada da estratégia democrática popular à carta aos brasileiros: a implosão de um projeto socialista da classe trabalhadora. (67)

2.3 Considerações finais (73)

Referências Bibliográficas (78)

INTRODUÇÃO

O amadurecimento político do conjunto da classe trabalhadora ao longo do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, sempre estimulou a criação de instrumentos políticos que pudessem catalisar o conjunto das insatisfações coletivas dos trabalhadores e transformá-las em arma política no reconhecimento de seus interesses enquanto classe social. Nesse sentido o presente estudo busca compreender a natureza, desenvolvimento e as polêmicas em torno de um dos principais partidos políticos brasileiro, o *Partido dos Trabalhadores*. Buscará compreender como um partido nascido nas lutas sociais com uma inclinação anticapitalista, ao longo de sua trajetória modifica-se radicalmente, tornando-se um instrumento que legitima e fortalece o sistema social capitalista no Brasil.

No início do século XIX na Europa, onde o capitalismo industrial amadurecera primeiramente, a classe trabalhadora teve suas primeiras formas de organização e ação coletiva de revoltas contra as condições miseráveis que viviam - encabeçadas pelo movimento inglês chamado ludita (ou ludismo), esse movimento incentivava a destruição das máquinas industriais, identificando nelas o motivo da crescente miserabilidade dos operários. Anos mais tarde o movimento Cartista exigiu a participação política dos operários ingleses, que não tinham direito ao voto, além de outras pautas importantes na época. Com o passar dos anos os trabalhadores começaram a constituir estruturas que privilegiassem seus interesses em cooperação, como as *trade-unions*, que tinham um caráter cooperativista e político. Com sua força política os trabalhadores conseguiram melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho e direito à greve.

Dessas organizações mais tarde consolidaram-se os sindicatos, que são até os dias atuais, estruturas fundamentais na luta do conjunto da classe trabalhadora. Das organizações de trabalhadores forjadas nas lutas políticas, talvez uma das mais decisivas seja o nascimento dos partidos políticos de trabalhadores; essa estrutura pelas suas características específicas - tem a condição de catalisar as lutas gerais de um conjunto amplo de uma classe social e transformá-la numa luta nacional que possa tencionar o ordenamento social como um todo.

O questionamento que impulsiona essa pequena investigação histórica - tem como intenção compreender como e por quais motivos o *partido dos trabalhadores*, nascido das lutas gerais da classe trabalhadora no final da ditadura, ao longo das décadas e dos diversos desdobramentos históricos da luta política contra o capital, metamorfoseou-se substantivamente, perdendo completamente sua conectividade com a classe trabalhadora, e conseqüentemente, junto com a negação estratégica da perspectiva da revolução social. Observando os inúmeros exemplos no

mundo, suscita tentar entender quais foram os fundamentos teóricos, o chão histórico e político dessa ruptura programática e simbólica entre o PT e o conjunto da classe trabalhadora, no qual ele organizava diretamente ou através dos diversos movimentos sociais classistas que orbitavam em seu pólo de influência. Nesse sentido, a centralidade do trabalho é o partido dos trabalhadores enquanto organização política da classe trabalhadora e sua decadência.

Nascido no início dos anos 80 do século XX - logo após as rebeldes greves dos operários metalúrgicos no ABC paulista, o partido dos trabalhadores (PT) surgia num contexto de emergente efervescência política no país, como resultado da crise da autocracia burguesa, instaurada nos anos anteriores. Sua originalidade e radicalidade advêm da confluência de diversas lutas sociais, que naquele período encontraram na retomada das lutas sindicais dos operários, no interior paulista o impulso e força necessária para formulação de um partido que tinha condições de universalizar aquelas lutas e fazer frente à necessidade de se contrapor ao regime autocrático burguês. O contexto histórico nacional e internacional combinava inúmeras variáveis interessantes (IASI, 2012), como a luta pela anistia, o enfraquecimento do modelo econômico e político da ditadura, a tensão provocada pela revolução Sandinista¹ e o início da crise final de um tipo de experiência socialista no leste europeu.

No caso específico do setor de classe que impulsionou esse processo, assistimos a intensificação da produção aliada a perdas reais da qualidade de vida, nas jornadas de trabalho, perdas salariais etc. e no plano reivindicatório, o rechaço crescente do modelo sindical que era perfeitamente conformado pela ditadura. Esse partido que nasce dessa confluência explosiva com um caráter socialista radical - vai se contrastar com o partido moderado e moldado pelo Estado, que lançou as bases para a ascensão do primeiro governo lula em 2002. O objetivo geral dessa pesquisa é refletir sobre a gênese, o desenvolvimento e falência do PT, apreendendo os elementos concretos na realidade da luta de classes brasileira e internacional que possam responder os fatores que levaram a crise e derrota do projeto democrático popular encabeçado pelo PT. O objetivo específico desse trabalho é extrair desse balanço histórico conclusões políticas acerca dessa experiência que possam contribuir no debate teórico e político entre os diversos movimentos sociais que reivindicam o marxismo enquanto uma teoria e prática revolucionária.

Houve, ao longo dos anos, uma explícita metamorfose nas posições, nas bandeiras de luta do partido dos trabalhadores (PT). Tal movimento o levou a se configurar, de um partido que

¹ A revolução Sandinista foi o processo revolucionário ocorrido na Nicarágua entre 1979 e 1980, liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), assim chamada em referência ao líder revolucionário de esquerda Augusto César Sandino, morto em 1934 por opor-se e combater a ocupação Norte Americana no país entre 1927 a 1933. A FSLN governou o país por mais de onze anos. (REVOLUÇÃO SANDINISTA, SONHOS E DESILUSÕES) Disponível Em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Revolucao_Sandinista_editado_0.pdf

conflitava contra as expressões mais agudas do capital a um partido da ordem burguesa. Tal hipótese é fortemente embasada nos discursos e posições do partido (e seus representantes) antes e após a chegada aos cargos de poder/condução do país (governos Lula e Rousseff). Busca-se então, identificar no partido dos trabalhadores a sua especificidade organizativa e compreender sua estratégia que se reivindicava socialista, chamada *democrática popular*. Nas palavras de Mauro Iasi:

Ao nosso ver, a experiência do PT é um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por ser amoldar aos limites da ordem que queria superar. Aqui, como em outros campos da ação humana, “as aparências enganam aos que odeiam e aos que amam” (Cacaso), de modo que aqueles que nunca viram no PT uma manifestação de classe representando uma perspectiva anticapitalista encontram na atual deformação as razões para uma análise retroativa de tipo “sempre foi assim”; enquanto os “cegos” pelo amor incondicional ficam maquiando os atuais descaminhos como se fosse originais genialidades táticas que em algum momento retomarão o rumo original surpreendendo a todos, inclusive a atônita classe trabalhadora. Um e outro se enganam. (IASI, 2012, p. 359)

Para dialogar, refletir acerca do contexto em que o PT surge, as posições que assume e as metamorfoses que se explicitam ao logo de sua existência e constituição, organizamos o estudo em dois capítulos. No primeiro capítulo que está subdividido em três itens, será abordado: aspectos gerais da sociabilidade capitalista, (considerações sobre sua estrutura e o Estado). Evidenciando apontamentos gerais da forma específica do modo de produção capitalista e da natureza do Estado; a seguir serão evidenciados aspectos da realidade social brasileira, tais como os políticos, econômicos e as lutas sociais. Esta reflexão elucidará a especificidade do capitalismo dependente, isto é, sua relação de dependência ao capital internacional, bem como os sujeitos históricos que formam as lutas políticas no país; além disso, traremos a demarcação do lugar do partido político na luta de classes, evidenciando a importância da luta partidária e apresentando a concepção de partido revolucionário em Lênin, anteriormente à revolução russa.

No segundo capítulo, onde teremos como base o debate do professor Mauro Iasi², no seu livro, *As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento*, também iremos organizar a discussão em três itens: o primeiro discutirá o partido dos trabalhadores (PT), elementos de seu projeto histórico, capturando sua gênese, história e as polêmicas enquanto um projeto político da classe trabalhadora; nesse item, traremos as discussões acerca da identidade do

² A escolha da obra referida como determinante para o debate, se justificou pelo fato de ser uma obra detalhada da trajetória do partido, tomando o debate do PT “do ponto de vista interno de sua estrutura organizativa”, ou seja, uma obra que satisfaz nossos interesses por debater o nosso objeto a partir dos documentos internos, resoluções, Encontros Nacionais, das disputas entre teses e tendências e sua evolução no decurso dos anos. Ademais a essa obra, autores importantes também serão referenciados, como Chasin, Coutinho, além dos documentos primários do PT, como a carta de princípios e fundação, a carta aos brasileiros, e inúmeras resoluções do partido.

PT, expondo através de seus documentos, além da contribuição de autores como Chasin e Carlos Nelson Coutinho, a construção e o sentido histórico da estratégia³ *democrática popular* defendida pelo partido; para em seguida trazermos os elementos históricos que incidirão diretamente no PT, que resultarão na aceleração do abandono da sua perspectiva socialista. E por último, serão apresentadas as considerações finais, fazendo um balanço histórico de todo esse período, buscando refletir as lições, limites e possibilidades de projetos políticos como o do partido dos trabalhadores.

Em um contexto histórico onde penetração das ideias e da militância socialista revolucionária no conjunto da classe trabalhadora em nível nacional e internacional não são hegemônicas, devido a uma infinidade de elementos históricos, desde a *débâcle* das experiências do assim chamado socialismo real no leste europeu, as mudanças no mundo do trabalho, até a falsificação e vulgarização do marxismo, junto à criação e ressignificação de todo o tipo de teoria reformista de um capitalismo em crise, - defender a radicalidade e originalidade do marxismo revolucionário num contexto de defensiva histórica da luta comunista, onde o capital exacerba-se como um sistema social profundamente incapaz de driblar as suas contradições, a não ser intensificando a barbárie geral na humanidade, é ser fiel a tradição secular daquelas e daqueles militantes que lutam e almejam a construção de uma sociabilidade emancipada, uma sociedade comunista.

Capítulo 1 - O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS ESPECIFICIDADES

1.1 A sociabilidade capitalista: considerações sobre seu metabolismo produtivo e o Estado

É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser. [...] O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina todas as coisas. (MARX, 1982, p.19)

“A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. (MARX, 2013, p. 157) Esse fato descrito em *O capital* revela algo cotidianamente vivenciado por todos nós e assimilado com toda naturalidade, como se fosse algo pertencente à essência humana. Todos nós, independentemente da extensão de nossas reflexões sabemos que na nossa sociedade a riqueza se expressa pelo volume acumulado de mercadorias.

³ O sentido que utilizamos sobre as categorias *estratégia e tática* nesse trabalho - refere-se à concepção marxista dos objetivos a serem conquistados pela classe trabalhadora no calor da luta de classes: a estratégia seria o objetivo a ser alcançado na luta, o ponto culminante de todo processo; a partir dessa leitura, seria a superação do modo de produção capitalista e a construção do modo de produção comunista. Já a tática, seria o conjunto de mecanismos que levariam a essa conquista, o meio para lograr tal vitória. No sentido que essa discussão se apresenta nesse trabalho, duas concepções táticas serão conflitadas: a concepção revolucionária de se chegar ao objetivo ou a via reformista para alcançá-lo. Indicamos como leitura sobre essa discussão a obra *o programa de transição*, de Leon Trotsky de 1938.

Vivemos todas as fases de nossas vidas cercados pelo mundo das mercadorias; compramos e vendemos coisas dia após dia e para operacionalizar essas trocas usamos o dinheiro. Sabemos que com esse dinheiro podemos comprar coisas, termos mercadorias, temos clareza que através do dinheiro se expressa à riqueza e conseguimos obter as mercadorias, assim como seu oposto, na ausência de dinheiro, somos inviabilizados do acesso às mercadorias; expressando-se à miséria, a pobreza social.

Essa modalidade social nos parece eterna, talvez digam que sempre foi assim, (NETTO, BRAZ, 2008) mas se olharmos para a história, perceberemos que de fato não é, nem sempre foi assim; está sendo assim há pelo menos trezentos anos da história da humanidade e nada garante que essa forma de se estabelecer socialmente também irá ser a última da nossa existência. Por isso traremos algumas análises históricas e teóricas afim de desnaturalizar aquilo que nos parece “normal”.

Iniciaremos então por compreender o que é a mercadoria: é uma coisa externa ao homem, que pela sua propriedade, atende as necessidades humanas, sejam elas advindas do nosso espírito ou do nosso estômago. A sua utilidade objetiva faz dela ter *um valor de uso*. No intercâmbio entre homem e natureza, condição essa indispensável em todas as formas sociais da história, obtém-se a criação de valores de uso que nos satisfazem. Sem esse intercâmbio homem/natureza, através do trabalho, não se poderia existir humanidade. Ou seja, a humanidade sempre dependerá da produção de valores de uso para se manter enquanto gênero.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade quantitativa. [...] Os valores de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca. (MARX, 2013, p. 158)

Porém nem tudo que se manifesta como valor de uso para o homem é mercadoria, isso porque para ser mercadoria são indispensáveis alguns fatores materiais e sociais objetivos. A saber: só se constituem mercadorias aqueles valores de uso que possam ser reproduzidos mais de uma vez; em segundo lugar e determinante, só é mercadoria aqueles valores de uso criados para a troca e para a venda (NETTO, BRAZ, 2008). Pela sua especificidade a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca. E para que haja fabricação de mercadorias são indispensáveis dois fatores cruciais: a primeira é a existência, mesmo que de forma simples, de uma divisão social do

trabalho no processo de produção. Para que haja a criação de diferentes mercadorias é necessário que se divida entre os homens ou grupo de homens os processos de trabalho.

Porém essa condição não é ainda suficiente para criação de mercadorias, é preciso se articular com o segundo fator determinante: *a propriedade privada dos meios de produção*. Só se pode vender e comprar mercadorias aqueles sujeitos que sejam seus donos. Para tanto é necessário que aqueles meios necessários para a sua produção lhe pertençam. Em síntese, a produção de mercadorias depende da existência de uma mínima divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção.

A produção de mercadoria é um fruto tardio da nossa história (NETTO, BRAZ, 2008), tem seu desenvolvimento no momento da desintegração das sociedades primitivas. Surge no modo de produção escravista, onde existiu nas diversas sociedades assentadas no escravismo, com maior ou menor grau de trocas mercantis. No modo de produção feudal tal segmento mercantil cresce substancialmente⁴. Porém, nem no escravismo nem no feudalismo se pode considerar a existência de um *modo de produção de mercadorias*, sistematicamente. Apenas o *modo de produção capitalista* caracteriza-se como um sistema social produtor de mercadorias.

A produção de mercadorias, inaugurada na sociedade escravista e desenvolvida na sociedade feudalista, pressupõe como dissemos a complexificação da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção. Na sua expressão mais simples e geral essa produção de mercadorias se denominava de *produção mercantil simples*; duas características eram presentes nessa forma mercantil: o trabalho individual ou pessoal e pelo fato dos camponeses e artesãos serem os donos dos meios de produção. Além do que essas relações de produção eram quase sempre restritas a mercados locais, no qual se conhecia as demandas dos consumidores. Essa relação simples de produção e circulação de mercadorias se expressa na seguinte fórmula:

M-D-M (mercadoria - dinheiro - mercadoria)

O produtor direto não tinha na acumulação de dinheiro sua finalidade real, (NETTO, BRAZ, 2008) o dinheiro lhe era útil apenas como meio de troca por outras mercadorias. O dinheiro, portanto, nessa fórmula, aparece como simples meio de intermediação entre mercadorias diferentes, não se configurando como objetivo central dos produtores diretos.

A partir do aumento da demanda por mercadorias com o acréscimo do uso do dinheiro, modificaram-se as condições históricas que caracterizavam a produção mercantil simples. A intensificação das práticas mercantis aliada ao surgimento de mercados cada vez mais longínquos,

⁴ Ver NETTO, BRAZ, 2008, Cap, 2.4 e 2.5

modificou as condições gerais desse processo. Surge entre os produtores e consumidores um terceiro sujeito histórico, *os comerciantes*. Os comerciantes não controlavam os processos de produção, suas finalidades eram encontrar mercadorias baratas em determinados mercados e vendê-las por um preço maior. Combinando a compra e venda de mercadorias com saques (NETTO, BRAZ, 2008) começaram obter super lucros. “[...] – a base do seu *capital comercial* (ou capital de comércio de mercadorias que, junto com capital de *comércio de dinheiro*, constitui o capital *mercantil*)”. (NETTO, BRAZ, 2008, p.82) Com a entrada em cena da figura dos comerciantes modifica-se o esquema original:

D-M-D+ (dinheiro - mercadoria - dinheiro acrescido)

No século XVIII a forma de produção mercantil simples se viu descolada *pelo modo de produção capitalista*. O metabolismo produtivo do modo de produção capitalista é totalmente distinto do mercantil simples. Em ambas se supõe a divisão social do trabalho e a propriedade privada, porém na produção capitalista, e somente nela, se pressupõe a separação entre os produtores diretos dos meios fundamentais de produção. A propriedade agora não cabe ao produtor direto, mas sim, ao capitalista, dono desses meios de produção, *o burguês*. Nesse sistema, desaparece o trabalho pessoal do proprietário, o capitalista individual é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem realiza a atividade do trabalho, ele compra no mercado a força de trabalho necessária para produzir na sua propriedade, as mercadorias.

Importante entender nesse momento que diferente da produção mercantil simples, o lucro do capitalista não tem sua raiz na simples relação de comprar barato e vender caro; a origem de sua riqueza está *fundada na exploração da força de trabalho*, através da relação de assalariamento. Os lucros do capitalista não advêm como na produção mercantil simples da esfera da circulação, sua riqueza se assenta na esfera da *produção* – através da exploração da classe que trabalha e produz. Tanto para o comerciante como para o capitalista o lucro é o objetivo central, porém para esse último, *o controle total* da produção é determinante. A produção mercantil capitalista se manifesta na seguinte fórmula:

D – M – D' (dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido)

Importante diferenciar os processos: o lucro obtido pelo capitalista –D' é totalmente diferente do lucro alcançado pelo comerciante - D+; no segundo, o lucro como já dissemos, vem da diferença na relação de comprar barato e vender caro, ao passo que o lucro do primeiro tem sua origem no *acréscimo de valor* criado no processo de produção pela *exploração* do trabalho. D' de onde provém o lucro do capitalista é dinheiro + **mais-valia**. Analisaremos isso em seguida.

Compreendemos agora que nem toda forma social de se criar mercadorias é produção capitalista, mas toda produção capitalista é produção sistemática de mercadorias. **“o que especifica a produção mercantil capitalista é o fato de ela se fundar sobre o trabalho assalariado.** (o salário é o preço que o capitalista paga pela mercadoria força de trabalho)”. (NETTO, BRAZ, 2008, p. 84)

O modo de produção capitalista se diferencia também por introduzir e universalizar na história duas classes sociais fundamentais no seu desenvolvimento: de um lado o capitalista ou burguês, que tem em suas mãos o controle, o dinheiro e os meios fundamentais da produção, que são a forma de seu capital; de outro lado, aqueles que não possuindo dinheiro e os meios de produção são obrigados a vender sua força de trabalho para o capitalista: os trabalhadores.

As duas classes fundamentais no modo de produção capitalista se expressam pela propriedade ou não dos meios de produção; o capitalista possui a propriedade privada, ao passo que os trabalhadores, que são os produtores diretos, não possuem a propriedade privada, dispondo apenas da venda de sua força de trabalho para sobreviver. No capitalismo os trabalhadores são a personificação econômica do trabalho e os capitalistas do capital.

No momento histórico onde até a força de trabalho se converte em mercadoria, está posta a possibilidade de se mercantilizar absolutamente todo o conjunto de relações sociais; nas palavras de Netto e Braz:

[...] isto é: não somente de introduzir a lógica mercantil (compra e venda) em todas as relações econômicas-materiais mas, também, de generalizá-la às outras relações sociais. Nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais este se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais: as operações de compra e venda não se restringem a objeto e coisas – **tudo** é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos. O modo de produção capitalista *universaliza* a relação mercantil. É nesse sentido que, estruturalmente, ele pode ser caracterizado como o modo de produção de mercadorias”. (NETTO, BRAZ, 2008, p 85)

Após realizadas essas considerações históricas iniciais, podemos perceber que o modo de produção capitalista dependeu para sua consolidação de um elevado grau de desenvolvimento da produção de mercadorias e de elevada e crescente importância do papel do dinheiro nas trocas entre elas. Mas para que a produção mercantil simples se modificasse até tornar-se modo de produção especificamente capitalista, houve um processo histórico muito *específico*⁵. Foi necessário que se constituísse uma classe de homens que pudessem dispor de sua riqueza para comprar meios de produção e força de trabalho de outros, e outra classe que historicamente despossada dos meios de

⁵ Ver NETTO, BRAZ, 2008, Cap. 3.3 – A acumulação primitiva.

produção, não lhe restava outra alternativa a não ser vender sua força de trabalho enquanto mercadoria.

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esses é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertos só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim, como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 2013, p. 962)

Como dissemos anteriormente, o lucro do capitalista não tem origem na circulação simples de mercadorias, mas sim, no processo de produção; o capitalista que é dono dos meios de produção – as máquinas, instalações, equipamentos, materiais, etc. – contrata a força de trabalho dos trabalhadores mediante a um salário. Porém esse salário não paga a riqueza total (valor) que o trabalhador cria no processo de trabalho, mas sim, apenas uma parte equivalente ao valor de troca de sua força de trabalho, enquanto uma mercadoria. Essa força de trabalho empregada na produção cria o valor equivalente ao seu salário, mas, não só, cria um valor *excedente*. Supostamente numa jornada de 10 horas, em 1h esse trabalhador já produziu o valor suficiente para cobrir seu salário, - *seu tempo necessário* – nas outras 9h, o valor produzido pelo seu trabalho é apropriado pelo capitalista, constituindo o valor *excedente*. Denomina-se esse excedente na compreensão Marxista de *Mais-valor*.

O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista em vista quando compra a força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fios ou botas, é apenas um *conditio sine qua non*, já que o trabalho, para criar valor, tem necessariamente de ser despendido de modo útil. Mas o que é decisivo, é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesmo possui. Esse é o serviço específico que o capitalista espera receber dessa mercadoria e, desse modo, ele age de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. (MARX, 2013, p. 347)

É compreensível que a geração de excedente (Mais-Valor) tende a ser mais elevada na medida em que for maior a produtividade e maior a extensão e intensificação da jornada de trabalho. Razão essa que explica porque o capitalista e seus gestores de empresas sempre vão se interessar pela elevação da produtividade e de sua intensificação e se colocarem radicalmente contrários a qualquer medida que leve a paralisação do trabalho:

O capitalista obriga o operário a fornecer um trabalho com um grau de intensidade pelo menos médio, de conformidade com a norma social. Procurará aumentá-lo o mais possível para lá desse mínimo e extrair do operário, em tempo dado, o maior trabalho possível, pois que a intensificação do trabalho até um grau superior à média lhe é fonte de mais-valia. Tratará além disso de prolongar o mais possível o processo de trabalho, para lá dos limites em que é necessário trabalhar para repor o valor variável, o salário. (MARX, 1969, p.53 *apud* FILHO, GURGEL, 2016, p.83)

Essa forma de conseguir aumentar a parcela do valor excedente através da extensão da jornada de trabalho é denominado de *Mais-Valor absoluto*. Além da Mais-Valia obtida pela extensão da jornada cotidiana do trabalho, existe maneiras de se fazer que as horas trabalhadas rendam mais; a mesma força de trabalho empregada num processo manual de produção, consegue através de instrumentos e técnicas modernas multiplicar duas, três, até mais a produção no processo de trabalho. Sobre esse ritmo de trabalho em pouco tempo se produz o valor equivalente ao salário, consequentemente aumentando a parte excedente. O excedente produzido através de mecanismos, técnicas que aumentam a produtividade sem elevação da jornada de trabalho, denomina-se *Mais-Valor relativo*.

Em linhas gerais podemos definir o modo de produção especificamente capitalista como um modelo sistemático de se produzir mercadorias, como nenhum outro modo de produção existente anteriormente, porém essa riqueza socialmente produzida é privadamente controlada e concentrada pelo sistema sóciometabólico do capital, que domina o modo de produção material. Essa riqueza material cresce em função oposta ao suplício, miséria e tormento do conjunto da classe trabalhadora, (*como uma lei geral*), que tem na venda de sua força de trabalho a única maneira de sobrevivência na sociedade capitalista. Nas palavras de Marx:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto forem maiores as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto mais será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja, análise não cabe realizar aqui (MARX, 2013, p. 875)

Toda lei geral, como observa Marx, pode ser alterada por inúmeras circunstâncias históricas ao longo do seu desenvolvimento; o modo de produção capitalista vai se espalhar ao mundo em ritmo e magnitude diferente, uma relação *desigual e combinada*, conformando e sendo conformado

pelas particularidades históricas de cada país. Na medida em que o modo de produção capitalista se consolida no mundo, exige-se que, a partir dessa estrutura econômica determinada, erga-se em sua consequência e correspondência uma superestrutura política, jurídica, ideológica, cultural etc. correspondente. Falaremos notadamente do *Estado*, seu significado histórico e sua razão de ser.

Segundo Friedrich Engels, referenciado pelo líder revolucionário russo W. Lenin, na sua obra consagrada, *O Estado e a Revolução*, a relação para a formação do Estado perpassava pelas seguintes determinações históricas:

O Estado não é de forma alguma, uma força imposta, do exterior à sociedade. Não é, tampouco, a “realidade da ideia moral”, nem a “imagem e a realidade da razão como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa indissolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entredeorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando porém, por cima dela se afastando cada vez mais é o Estado. (ENGELS, *apud* LENIN, 2010, p.26)

Segundo W. Lenin, (LENIN, 2010) a partir da análise Marxiana da questão, a formação do Estado é fruto do antagonismo de classes e da impossibilidade de conciliação entre elas, exigindo-se historicamente, que se erga uma superestrutura, supostamente acima de ambas às classes para a mediação e controle das tensões existentes. Mas assevera Lenin:

Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe para outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram. (LENIN, 2010, p. 27)

Marx em seu pequeno texto clássico, chamado *Glosas críticas marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a reforma social”*. De um Prussiano, de 1844, tem como uma de suas inquietações e observação o fato do Estado não conseguir encontrar os fundamentos dos problemas sociais, como o pauperismo, e aponta diferentemente do pensamento político hegemônico, que justamente o Estado é a essência dos problemas sociais:

O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais, [...] Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não

procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado. (MARX, 2010, p. 58)

E continua:

Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela. Mas nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio de sua vida, na essência da sua vida, mas ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida. (MARX, 2010, p. 61)

E, no texto *Manifesto do Partido Comunista de 1848*, escrito no calor dos processos revolucionários que sacudiram toda Europa, Marx em colaboração de Engels, é categórico em extrair e apontar a essência do Estado moderno burguês:

Cada uma das etapas do desenvolvimento da burguesia acompanhou-se de um progresso político correspondente. Ela foi inicialmente um grupo oprimido sob o jugo dos senhores feudais, organizando a própria defesa e sua administração na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributado pelo rei. Posteriormente, na época da manufatura, tornou-se um contrapeso à nobreza na monarquia descentralizada ou absoluta, fundamento essencial das grandes monarquias. Com a criação da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou finalmente a dominação política exclusiva no moderno Estado parlamentar. Um governo moderno e tão-somente um comitê que administra os negócios comuns de toda classe burguesa. (MARX, 2010, p. 26)

Entre os séculos XVI e final do XVIII o *mercantilismo* foi a prática política e econômica fundamental no fortalecimento do poder do Estado Absolutista europeu, (sendo o metalismo a essência dessa política). Essa relação intrínseca onde o poder do Estado crescia em função direta pelo fortalecimento de sua economia mercantilista, foi condição crucial para a consolidação dos principais Estado europeus e da classe burguesa mercantil.

Relação essa que no final do século XVIII já apresentara outra condição, onde a harmonia dessa relação entre burguesia mercantil e Estado Absolutista já se degradava estruturalmente. Primeiramente nos países centrais da Europa, que nesse período eram França e Inglaterra e posteriormente em várias outras nações europeias, como Alemanha e Bélgica, que não foram centrais no período mercantilista, mas que estavam se industrializando no século XIX.

Se no período mercantilista a burguesia estava em sintonia com o Estado, tendencialmente a partir do final do século XVIII se tornaria uma opositora ao antigo regime. O crescimento da classe burguesa que se enriquecera muito em todo esse período, sua colocação social, que ainda era inferior aos primeiros estamentos da sociedade (nobreza e clero) e toda crítica contra os inúmeros

abusos e privilégios da nobreza, levou a classe burguesa, liderando o terceiro estamento social a uma luta radicalizada contra o antigo regime europeu. Era o período histórico da transição do domínio absolutista para a consolidação de outra estrutura de poder: o domínio econômico e político da classe burguesa.

O movimento do sistema sóciometabólico do capital irá a pouco tempo tornar-se dominante no mundo todo, como força econômica e social colossal e expansiva que subjugará todas as nacionalidades do globo em sua dinâmica própria, modificando-as em função de suas leis específicas, mas sendo modificada e condicionada pelas características de cada país diante de suas particularidades internas. Nesse sentido, América Latina e especificamente Brasil, ocuparão determinados locais e funções na divisão internacional da produção e trabalho, construindo um tipo peculiar de capitalismo, que se manifestará economicamente mais espoliador, selvagem, dependente e politicamente menos permeável a conquistas de direitos pelo conjunto dos trabalhadores.

1.2 Apontamentos sobre a realidade social brasileira: tipos de dominação e classes sociais.

O que o Brasil tem de comum com todos os outros países latino Americanos, respeitando as múltiplas diferenças sociais e econômicas existentes em cada nacionalidade e processualidade histórica, é o fato de sermos produto de um processo histórico da “expansão da civilização ocidental”, ou seja, de um tipo moderno de colonização que se estruturou de forma sistêmica e bem organizada. O colonialismo teve seu ponto inicial com a dominação espanhola e portuguesa e adquiriu formas mais complexas a partir dos processos de independência vivenciadas por esses países. O fato da continuidade dos padrões de dominação na América latina após as independências é resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que impede os países latinos Americanos de terem um desenvolvimento econômico, político etc. autônomo e não dependente aos países de capitalismo central.

As mudanças nas formas de organização das sociedades capitalistas na América latina sempre foram consequências ou condicionadas às mudanças dos padrões e da natureza do crescimento econômico dos países europeus e posteriormente dos Estados Unidos; conseqüentemente, alterando os padrões de dominação implicado nesses países. (FERNANDES, 2009) Além da dominação estrangeira imposta às nações dependentes, aqui sempre existiu e coexistiram em sintonia com os exploradores externos uma classe dominante nativa, oligárquica, aristocrática, que sempre concentrou a riqueza social e o poder institucional e simbólico em suas mãos, excluindo sempre os explorados e oprimidos das decisões políticas. O conjunto dos interesses dessas classes dominantes nativas eram expostas como sendo de interesse

geral da nação, estabelecendo uma conexão interna que privilegiava os interesses tanto dessa classe dominante interna como externa. (FERNANDES, 2009)

O circuito histórico de dominação externa e colonização vivenciada por quase todos os países latino Americanos por mais de três séculos foi desenvolvido a partir das demandas econômicas, culturais e políticas do antigo sistema colonial. O conjunto dos colonizadores eram subservientes às ordens das coroas portuguesa e espanhola, às quais deviam obediência e lealdade, como vassalos. No entanto, nesse sistema social, tanto os interesses da coroa, como inversamente, dos colonizadores eram contemplados nessa relação. O conjunto das determinações políticas, culturais, econômicas, etc. dessa forma de dominação, exigiam uma ordem social que preservasse, legitimasse e institucionalizasse os interesses dos colonizadores e das metrópoles. (FERNANDES, 2009)

Isso foi obtido com a implantação e imposição dos padrões societários de dominação ibéricos, adaptados aqui com a utilização do trabalho escravo/forçado dos nativos/indígenas ou do trabalho escravo dos negros trazidos forçosamente da África. Nesse sentido, através de uma mescla de classes e castas, aqui se forjou uma verdadeira sociedade colonial, na qual somente os colonizadores gozavam do direito de legitimar-se através das estruturas presentes de poder e de transmitir aos seus herdeiros sua linhagem privilegiada de europeu.

Vários elementos históricos, estruturais explicam a crise do antigo sistema colonial de dominação, - segundo (FERNANDES, 2009), três elementos são decisivos nesse processo de desestruturação desse padrão de dominação; o primeiro pode ser evidenciado “o padrão de exploração colonial, inerente ao sistema político e legal de dominação externa”. (FERNANDES, 2009, p. 23) A condição de controle, sustentação e financiamento das relações mercantis das colônias por parte de Portugal e Espanha era insuficiente diante do crescimento delas. Consequentemente, outros países europeus começaram a fornecer o capital, a tecnologia, os equipamentos e toda estrutura comercial do mercado internacional, deslocando o império ibérico a um patamar intermediário no cenário internacional. O resultado foi que o padrão de dominação colonial se tornou demasiadamente duro e desvantajoso para as classes dominantes locais.

Os movimentos de independência surgem justamente nesse momento como fenômenos de radical oposição a esse padrão de dominação. Tais movimentos chocavam-se contra os antigos impérios como forma de garantir seus privilégios e alcançar autonomia econômica e política. O segundo fator decisivo para crise do sistema colonial foi a disputa de outros países, principalmente França, Holanda e Inglaterra pela dominação econômica das antigas colônias. As rápidas mudanças econômicas, políticas, culturais etc. no cenário europeu no fim do século XVIII e início do XIX,

foram importantes para a acelerada degradação dos impérios ibéricos e intermediários que detinham o controle econômico das colônias. (FERNANDES, 2009)

E finalmente como um terceiro aspecto deve-se levar em conta setores de dentro das colônias interessados em superar a rigidez do sistema colonial. Esses setores muito diversos incluíam moradores de vilas, que em graus diferentes, eram interessados pelo deslocamento do poder político e econômico da metrópole para a colônia. O conjunto das massas populares que se radicalizaram contra os impérios decadentes foram extraídos justamente desses setores. (FERNANDES, 2009)

O segundo tipo de dominação externa imposta à América latina surge como consequência do desgaste histórico do antigo sistema colonial. As nações europeias que se tornaram hegemônicas nas relações de importação e exportação de mercadorias no continente, notadamente a Inglaterra, estavam mais interessadas no controle externo das trocas do que no controle produtivo dentro do continente latino americano. (FERNANDES, 2009)

Do fim do século XVIII até as três ou quatro décadas iniciais do século XIX, esses países ocuparam o vácuo econômico deixado pelos antigos impérios, sem necessariamente terem que exercer nas ex colônias um “controle imperial”. Durante esse período onde os países centrais exerceram o seu controle apenas com os mecanismos econômicos, pode-se denominar, segundo (FERNANDES, 2009) em *neocolonialismo*. Ou seja, nesse curto período histórico, a dominação externa foi indireta.

A monopolização dos mercados latinos americanos foi muito mais uma consequência dos padrões de dominação exercidos anteriormente do que uma imposição deliberada, haja vista que os países do continente não possuíam condições e recursos suficientes para produzirem aquilo que era importado, além de uma classe dominante local, conformada em continuar seu papel de exportadora. Obviamente os produtores locais poderiam recuperar uma parte da riqueza que antes lhe era capturada pelo antigo sistema colonial e utilizar seus excedentes como primeiro impulso importante para a internalização de um mercado capitalista. As condições objetivas para se alterar toda a infraestrutura da economia parecia demasiado dispendioso e caro, resultando na passividade e conformismo das classes dominantes locais em permanecerem num patamar secundário e dependente ao capital externo, assim como no antigo sistema colonial.

O terceiro tipo de dominação externa surge como resultado da reorganização da economia capitalista impactada pela revolução industrial na Europa. O assim chamado *neocolonialismo* teve papel central na dinamização da revolução industrial, servindo aos países centrais (notadamente a

Inglaterra) como uma grande fonte de recursos capitalizados pelos países europeus; criando um conjunto de novos mercados disponíveis para exploração que, conseqüentemente, seria determinante para o desenvolvimento industrial. (FERNANDES, 2009)

Como já explicado anteriormente, as economias latinas Americanas foram e são determinadas pelas alterações nos padrões de desenvolvimento econômico dos países centrais; nesse novo contexto de mudança provocada pela revolução industrial, se alteram as conexões das economias periféricas na América latina, seguindo as novas diretrizes das economias centrais. Os novos padrões de dominação externa foram se manifestando gradualmente, porém tornando-se claros a partir da quarta e quinta década do século XIX, e plenamente consolidada nas últimas décadas desse século. As mudanças externas alcançaram todos os poros das economias periféricas, de sua vida social, política e cultural, não apenas pelo controle externo dos mecanismos do mercado mundial, mas da implementação intensa e direta de estruturas de controle dos meios de desenvolvimento econômico. Nesse patamar a dominação externa tornou-se *imperialista* e o capitalismo dependente nasce como consequência histórica direta.

Nesse sentido:

O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema de exportação-importação foi refundido para incluir a “integração” do comércio interno, a “proteção” dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a “introdução” das indústrias de bens de consumo, a “intensificação” das operações bancárias etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociáveis a distância, sob condições seguras e ultralucrativas. (FERNANDES, 2009, p. 26)

As consequências desvantajosas para a América Latina aparecem em duas formas; em primeiro lugar, pelo reforço das estruturas econômicas “atrasadas e arcaicas”, indispensáveis para manutenção do modelo importação-exportação, baseados na produção de bens primários e matérias primas. Em segundo lugar, pela impossibilidade das burguesias locais reproduzirem o modelo de desenvolvimento econômico dos países centrais. Nesse sentido, a revolução burguesa não foi intensa e acelerada, mesmo nos países latinos Americanos mais desenvolvidos. (FERNANDES, 2009)

Tanto nos padrões antigos (colonialismo) e modernos (neocolonialismo e imperialismo) de dominação, exploração e subalternização da América latina, a construção de uma unidade econômica das economias dependentes sempre foi sabotada ou desprivilegiada. O dinamismo econômico impulsionador impresso historicamente sempre foi para a acumulação de capitais externos, ou seja, objetivando a sucção, a transferência, a drenagem das riquezas dos países

dependentes para os países do capitalismo central. O imperialismo europeu consolidou a tendência iniciada no colonialismo e acelerada no neocolonialismo, ambas de raízes europeia, forjando uma classe burguesa local complacente e sem condições nem aspirações de ser autônoma. (FERNANDES, 2009)

O quarto tipo de padrão de dominação externa surge historicamente em período mais recente, em função da forte expansão das grandes empresas corporativistas nos países Latino Americanos; são elas vinculadas aos setores de serviços, comércio, no setor financeiro e destacadamente no setor industrial leve e pesado. Tais corporações trouxeram um novo padrão de organização, propaganda de massas, produção, planejamento e conseqüentemente, um controle sistemático do capital externo aos mecanismos econômicos dos países dependentes. Elas são representantes do chamado capitalismo *monopolista*, tendo seus interesses econômicos legitimados pela sua influência nos circuitos das lideranças políticas, financeiras, além da corrupção, pressão de toda natureza e todos os meios disponíveis para alcançar seus objetivos.

Esse novo padrão de dominação estrutura-se semelhantemente ao antigo sistema colonial, resposto agora num complexo e moderno mercado capitalista; sobre uma base tecnológica sofisticada e da partilha de dominação externa entre os principais países centrais, agora tendo a hegemonia global do capitalismo - os Estados Unidos. Tal configuração implica agora no *imperialismo global*, diferentemente do imperialismo europeu restrito. O elemento distintivo e decisório do imperialismo global é o fato que ele organiza sua dominação externa a partir de dentro dos países dependentes, sobre todas as dinâmicas daquela estrutura social. E isso se manifesta desde:

[...] o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia, ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 2009, p. 27)

Esse tipo de dominação total assevera a impossibilidade estrutural dos países dependentes, até aqueles mais desenvolvidos, de terem um desenvolvimento econômico, social, político com algum grau de independência e autonomia em relação aos países de capitalismo central. (FERNANDES, 2009) Isso vem atestar que as economias periféricas e dependentes não possuem os pressupostos estruturais para sobreporem nacionalmente, pelo impulso de suas classes dominantes locais, o subdesenvolvimento crônico e sistêmico que nelas se manifestam.

No entanto, segundo *Ruy Mauro Marini*, em trabalhos dedicados ao debate sobre o subdesenvolvimento Latino Americano, como em *subdesenvolvimento e revolução*, a

fundamentação teórica que inaugura o debate sobre a contradição entre países imperialistas/dependentes, vertebrada em grande medida pelos trabalhos do líder revolucionário russo, Lênin e materializada na sua obra consagrada, escrita em 1916, *Imperialismo, fase superior do capitalismo* – incorporada por Marini, - ainda não tinha conseguido saturar teoricamente todas as particularidades expressadas no conjunto das relações econômicas e sociais entre os países dependentes e dos países dependentes em relação aos países imperialistas.

Segundo o autor, entre a contradição estrutural fundamental dos países imperialistas e dependentes, existe uma terceira categoria de países compreendida e mediada entre essa contradição fundamental, que seria os assim chamados, países *subimperialistas*, que seriam nessa análise, países dependentes com grau médio de desenvolvimento econômico superior aos vizinhos dependentes, exercendo neles uma influência impositiva econômica e social, ao mesmo tempo em que se mantêm subordinados aos imperativos dos países de capitalismo central. Segundo Marini (2012) na sua caracterização:

Já dissemos em outras oportunidades que a concretização histórica do subimperialismo não se deve a uma questão meramente econômica. A existência de condições propícias ao seu desenvolvimento não assegurava por si só a conversão de um país em um centro subimperialista. Contudo, é possível afirmar que o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários, na composição orgânica do capital em escala mundial – na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção – e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro. Nesse sentido, em nossos dias, o Brasil se identifica como a mais pura expressão do subimperialismo. (MARINI, 2012, p. 41)

A partir dessas análises ficam expressas que as esperanças e estratégias de uma revolução e dinamização industrial autônoma comandada pelas burguesias locais, (mesmo em países dependentes com grau médio de desenvolvimento econômico superior aos vizinhos), que alavancariam o seu desenvolvimento em direção ao progresso social, tiveram na comprovação histórica a sua mais retumbante resposta negativa.

Ao se defrontar com uma realidade social complexa como as experienciadas pelos países Latino americanos, como no Brasil, decerto, podemos também encontrar o mesmo nível de complexificação, dinâmicas próprias e contraditórias na formação das classes sociais locais; com suas relações de enfrentamento, apaziguamentos temporários e de coexistência não estável por longos períodos históricos.

A sociedade de classes, segundo (FERNANDES, 2009) possui uma estruturação singular, sobre a qual as relações sociais de produção, medeiam e determinam o privilegiamento ou não dos

diversos estratos de classes sociais, regulando dessa forma, os processos de concentração da riqueza socialmente produzida, do prestígio social e do poder (poder político institucionalizado), conseqüentemente, determinando o controle do Estado e de seus mecanismos de gerenciamento e legitimação.

Uma das dificuldades que o referido autor sugere para a compreensão do capitalismo e das classes sociais locais - seria o fato de que na América Latina, tanto o capitalismo como as classes sociais, não são resultados de uma evolução social interna, o que em si mesma não seria o problema. A questão importante que é levantada pela reflexão é o fato pelo qual o desenvolvimento do capitalismo local não conseguiu e não tem pressupostos estruturais para construir um modelo de desenvolvimento autossustentado e autônomo. Formando por consequência, classes sociais e relações de classes carentes em dimensões estruturais e de dinamismos societários, que seriam essenciais para o vislumbamento de transformações estruturais.

Essas reflexões sociológicas do professor *Florestan Fernandes*, indicam a dificuldade e complexidade no entendimento dos processos de relações sociais na América Latina. O autor nos alerta da impossibilidade de se analisar os fenômenos sociais existentes no continente de forma rígida e monolítica:

[...] Essas ponderações indicam que o sociólogo Latino americano lida com realidades ao mesmo tempo difusas, complexas e altamente móveis. Se se apanham as classes sociais tendo em vista a hegemonia dos estratos dominantes, as aparências são de uma “sociedade sem história” (pois todas as mudanças convergem para um mesmo fim, a perpetuação do poder nas mãos de pequenos grupos, de acordo com a conhecida regra segundo a qual “*plus cela change, plus cela c’est la même chose*”) Se se tomam as classes sociais tendo em vista a natureza, a duração e as debilidades da revolução burguesa e os ritmos históricos das “transições inesperadas” (das revoluções dentro da ordem, que só podem concretizar convertendo-se em revoluções contra a ordem), o que se patenteia é o reverso da medalha, e as sociedades Latino-americanas aparecem como sociedades em convulsão, que estão em busca de seu próprio patamar e tempo históricos. É impossível fixar todos os problemas que essa situação caótica e tão rica de desdobramentos impõe à reflexão sociológica, nos dois pólos do que é recorrente e do que é variável. (FERNANDES, 2009, p. 44)

Outro elemento importante para se compreender a natureza das relações entre as classes sociais e os processos de produção e circulação das mercadorias/riquezas entre a América Latina com o restante do mundo, é a observação de como se estabelecem as trocas mercantis entre os países de capitalismo dependente com os centrais e como essas relações globais de troca implicam decisivamente no nível de exploração das classes trabalhadoras em cada país. Nesse sentido a obra de Ruy Mauro Marini, especialmente o ensaio *dialética da dependência*, tem como esforço

intelectual, partir da economia política clássica, inscrita em Marx para o desvelamento dessa natureza econômica e social na América Latina.

O autor sustenta que os países Latino Americanos em relação à circulação mercantil no comércio mundial vivenciam um contexto de *intercâmbio desigual* e que isso condicionaria as classes trabalhadoras dos países dependentes a uma *superexploração da força de trabalho*. Essa análise revela que um país produtor de bens manufaturados ao negociar com países dependentes, - produtores de matérias-primas ou bens manufaturados com mais dificuldade – conseguem – “enganar as leis do valor”, ou seja, vendem seus produtos a preços mais elevados, configurando assim uma troca desigual:

[...] transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada. (MARINI, 1990, on-line)

Continuando, (Marini 1990) nos explica que diante dessa desigualdade de trocas em escala mundial no mercado, as burguesias das economias dependentes, criaram mecanismos compensatórios como meio de incremento de valor diante das perdas descritas. O principal meio de incremento de valor seria nessa análise, a *superexploração* da força de trabalho:

O que importa assinalar aqui é que, para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. A rigor, só o primeiro — o aumento da intensidade do trabalho — se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho. Factualmente, todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada e, por isso, a quantidade de dinheiro obtida através da troca. Isso é o que explica, neste plano da análise, que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção. (MARINI, 1990, on-line)

Impossibilitados de amenizar/compensar suas perdas no nível das relações do mercado externo, os países Latino Americanos buscam compensá-las no plano econômico interno. Nesse

momento da análise, são verificados três eixos⁶ centrais que formam os mecanismos de compensação descritos anteriormente: *o aumento da intensidade do trabalho*, caracterizando uma elevação da exploração da *Mais-valia*, resultante de uma maior exploração da força de trabalho e não de sua capacidade produtiva; o segundo eixo seria *o prolongamento da jornada de trabalho*, através do aumento da *Mais-valia absoluta*, nesse sentido, trata-se de elevar o tempo de trabalho excedente, que é aquele tempo que o trabalhador continua a produzir depois de criar o valor correspondente aos meios de subsistência de seu consumo próprio, ou seja, seu salário; e o terceiro eixo que seria *a redução do fundo de consumo do trabalhador além de seu limite normal*, pelo fato que lhe é imposta a condição de consumir o mínimo necessário para conservação de sua força de trabalho em condições normais, transformando o fundo necessário do consumo do trabalhador em um fundo de acumulação de capital, ou seja, criando um meio peculiar de elevar o tempo de trabalho excedente. (MARINI,1990)

Os três mecanismos observados nessa análise, que são a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a apropriação de parte do trabalho necessário do trabalhador para repor sua força de trabalho, conformam um sistema social de produção fundado essencialmente na *superexploração da força de trabalho*. O que o autor gostaria de assinalar nessa descrição, é que:

[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 1990, on-line)

E conclui:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma

⁶ No texto *Las razones del neodesarrollismo: respuesta a Fernando Henrique Cardoso y José Serra*, publicado em 1978, Marini identifica um quarto mecanismo de compensação e de superexploração da força de trabalho, que é o aumento da qualificação (educação) do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho.

transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna. (MARINI, 1990, on-line)

É essa realidade social complexa e contraditória vivenciada na América Latina, onde se implicam os padrões de dominação que foram e são impostas ao continente via mecanismos internos de exploração ao conjunto das classes trabalhadoras, - forjou e forja um solo fértil para as diversas lutas sociais travadas em todos os países, que serão instrumentalizadas através dos diversos movimentos sociais, como os partidos políticos operários. Esses instrumentos serão mecanismos políticos diretos nas batalhas históricas pela libertação nacional, pela emancipação dos negros, dos indígenas, das mulheres e pelo socialismo, onde trabalhadoras e trabalhadores, superexplorados e oprimidos do continente se posicionaram e se posicionam historicamente a favor da construção de uma sociedade humana emancipada.

1.3 O lugar do partido político na luta de classes

Como anunciamos na introdução deste trabalho, compreendemos como peculiaridade política dos partidos representantes das classes trabalhadoras, a sua condição de síntese e de universalização de um conjunto de pautas localizadas desta classe heterogênea em um programa de dimensões nacionais e também internacionais. Mas qual seria o programa que a história demonstrou ser o mais coerente a ser seguido pelo conjunto dos trabalhadores organizados nos seus partidos? A história evidencia a diversidade ideológica, os erros e acertos de proposições estratégicas e táticas no decorrer das lutas travadas pelos trabalhadores em todo mundo.

Como paradigma histórico, analisaremos com um pouco mais de atenção o exemplo do partido bolchevique na Rússia durante o processo revolucionário de 1917; não com a intenção de se extrair um manual maniqueísta que possa ser transportado para todas as organizações políticas em todo o mundo e em qualquer época histórica, mas com a finalidade de compreender como foi possível uma organização política partidária operária ser a vanguarda revolucionária da primeira experiência de construção de um Estado operário em transição ao socialismo.

Para entender o papel decisivo do partido bolchevique durante todo aquele processo histórico, exige-se de nós minimamente o conhecimento do contexto social, político e econômico no qual ele surge na velha Rússia. Portanto, se faz necessário conhecer um pouco da dinâmica histórica daquele país anteriormente ao processo revolucionário de 1917; nesse sentido o estudo do

historiador trotskista Frances, Pierre Broué, denominado *O partido bolchevique*, escrito originalmente em 1960 tem a finalidade pretendida nesse trabalho de analisar toda a conjuntura histórica e o papel determinante do partido bolchevique nesse processo. Mas qual eram as características centrais daquele país anteriores ao processo revolucionário?

A Rússia no final de século XIX e início do XX - é um país imenso e essencialmente atrasado sob o ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas e do regime político em comparação com os demais países de Europa; sua população era massivamente formada por camponeses, mas era também um campo de expansão de um capitalismo moderno de molde industrial, provocando por consequência o surgimento de uma jovem, concentrada e pulsante classe operária nos centros industriais. Na dinâmica social da velha Rússia, coexistiam, não sem conflitos, as imensas propriedades da nobreza aristocrática e as pequenas comunidades camponesas com os monopólios industriais e financeiros. A Rússia do início do século XX era o último bastião de uma autocracia Monárquica (czar) e se tornará mais tarde no campo de batalha que levou a primeira revolução operária ao sucesso.

Nesse sentido, o desenvolvimento da Rússia para P. Broué se assemelhará aos países coloniais, semicoloniais ou “subdesenvolvidos”, com as características similares de dependência econômica ao capital externo, de combinações peculiares entre estruturas arcaicas e modernas, diferentes etapas civilizatórias num mesmo contexto social. Sem esse desenvolvimento contraditório, combinado e desigual, seria improvável que explodisse uma revolução.

O país contava no final de século XIX com uma população em média, segundo P. Broué, de 129 milhões de habitantes, em 1914 já contava com mais de 160 milhões, com uma taxa de natalidade em média de 48 mil. 87% dos russos viviam no campo e 81,5%, formado por agricultores. Aproximadamente 100 milhões de camponeses ocupavam 60% das terras agricultáveis, pertencendo o restante, à coroa, a um setor pequeno da burguesia urbana e na sua maior parte, à nobreza camponesa. Porém, os espaços agricultáveis são tão escassos como na Europa, com um agravante, tais espaços são cultivados de forma extensamente como na América do Norte e com instrumentos e métodos muito mais arcaicos. No início do século XX, a demanda de terra aumenta na mesma proporção que o número de pessoas a serem alimentadas. Os camponeses já não poderiam ignorar as propriedades da aristocracia. A luta pela terra será um dos grandes motores da revolução. Os rendimentos agrícolas eram também pequenos, equivalentes a ¼ da agricultura inglesa e metade da francesa. O autor descreve que sem dúvida:

[...] a vontade de seus governantes pretende fazer dela um país exportador. Os cereais, cuja metade da produção está constituída de trigo, representam, junto com os produtos alimentícios, 50% de suas exportações, e a maior parte do resto, 36%, está constituída de

matérias primas. As mesmas razões que fazem da Rússia um país de economia agrícola atrasada, a submetem a uma forte dependência do mercado mundial. (BROUÉ, 2006, on-line)

No campo industrial se verifica este mesmo fenômeno com a mesma exatidão, $\frac{3}{4}$ das importações russas são de produtos manufaturados produzidos nas indústrias ocidentais. Outro elemento importante na atividade industrial russa foram as reformas do Czar Alexandre II, que deram uma maior dinâmica na indústria ao liberar os camponeses das relações de servidão, impulsionando que afluíssem para o trabalho industrial nas cidades, onde os rendimentos do trabalho assalariado nas indústrias eram maiores. Em 1912 a indústria russa produz “[...] quatro milhões de toneladas de fundição, nove milhões de toneladas de petróleo, vinte mil toneladas de cobre e as nove décimas partes do total mundial de platina”. (BROUÉ, 2006 on-line)

Esta indústria que foi bastante aguardada e desejada e até certo ponto criada pelo czar, foge de seu controle. São capitais ingleses que controlam a extração de platina e capitais belgas e franceses que controlam, com mais de 50% o conjunto das atividades industriais na região de Donetz, além da eletrotécnica sob o gerenciamento dos alemães. Nessas condições, o mercado externo russo encontrava-se essencialmente subordinado ao mercado mundial, sob a tutela dos grandes e intermediários capitalistas estrangeiros.

O número de operários propriamente ditos na Rússia variava aproximadamente, entre um milhão e meio em 1900 e três milhões em 1912. As condições de vida dos operários não eram menos penosas que a dos camponeses, na prática, não se efetivavam as legislações que limitavam a jornada formal de trabalho há onze horas e meia em 1897 e dez horas em 1906. Os salários eram muito baixos, sendo inferiores ao que se pagavam na Europa e América. Na dinâmica das classes sociais na Rússia, são os operários que personificam uma força social explosiva que é muito mais perigosa que a imensamente maior massa de camponeses. Pela uniformização dos salários baixos e dos escassos privilégios, encontravam-se muito mais vinculados uns aos outros. Na sua maioria agrupados em grandes fábricas:

[...] em 1911, 54 em 100 operários russos trabalham em fábricas que utilizam mais de 500 assalariados, enquanto que a cifra correspondente nos Estados Unidos é de 31 em 100; 40 em 100 se encontram em fábricas que utilizam de 50 a 500 assalariados; só uma percentagem inferior a 12 em 100 trabalha nas fábricas de menos de 50 operários. Por oposição ao camponês, fechado num âmbito limitado, os operários têm mobilidade, passam de uma fábrica, de uma cidade ou de um ofício a outro e contam com um horizonte mais amplo. (BROUÉ, 2006, on-line)

Pela concentração operária, suas péssimas condições de trabalho e de vida em modo geral, pelo seu maior dinamismo, a nova classe operária russa tende a uma radicalidade que lhe

impulsiona mais facilmente às revoltas e lutas mais intensas do que as negociações desfavoráveis. São muito mais penalizados que os operários europeus, muitos deles ainda vinculados ao meio rural, porém são mais militantes, combativos e fraternos uns aos outros.

Na Rússia nesse período, não existia uma verdadeira burguesia nacional, mas - característica comum a dos países dependentes – uma oligarquia que se integra subalternamente ao capital estrangeiro; estes mesmos ocupam os maiores cargos na burocracia estatal. P. Broué, (1990) identifica uma grande e complexa simbiose entre o alto escalão da administração estatal junto à aristocracia local de um lado, e de outro os industriais e bancários.

Portanto, os elementos mais típicos da burguesia russa são, sua íntima relação com a aristocracia no campo e sua fragilidade e dependência em relação ao capital externo. No meio dessa massa de camponeses, operários e da aristocracia, existe uma infinita e diversa pequena burguesia nas cidades e nos campos, profissionais liberais e os escalões médios da burocracia estatal. Estes setores privilegiados em relação à grande massa, mas deslocados das decisões políticas pela autocracia, sofrerá influências de diversas tendências políticas, porém por falta de um projeto próprio e base mais sólida em comparação às outras classes, tendem a estarem à mercê dos impulsos de transformação, oscilando em benefício de umas das classes fundamentais.

É sobre essa estrutura social complexa e explosiva onde se fará solo fértil para o surgimento de formas organizativas dos trabalhadores, sejam elas do campo e/ou das cidade; dessa efervescência política, social e econômica na Rússia, se destacará a concepção de partido bolchevique, sob a liderança política e intelectual de Lênin, disputando as mentes dos operários no início do século XX, tornando-se organização majoritária no período revolucionário de 17 e levando a vitória aos comunistas russos, junto com a edificação do primeiro Estado operário do mundo.

As análises que se fazem anteriormente à revolução de 1917 acerca do partido Bolchevique tendem a ser confusas diante da complexidade e da relação íntima das três organizações distintas que estiveram ligadas durante esse período histórico: o Partido Operário Social-Democrata Russo, onde disputavam diversas frações entre 1903 e 1911; a tendência ou fração bolchevique dentro desse partido e o partido Operário Social-Democrata russo (bolchevique) que se funda em 1912. O bolchevismo foi uma concepção de partido formulada por Lênin acerca de como se construir uma organização social-democrata revolucionária na Rússia, que para todas as correntes socialistas dá época seria o instrumento operário indispensável para a derrubada do Estado burguês e construção do socialismo.

O movimento operário russo, surgido diante de um desenvolvimento do capitalismo retardatário, só pode presenciar a consolidação de um partido operário anos depois que os da Europa ocidental estivessem criados, confirmando que as circunstâncias e suas características eram distintas. As localidades operárias são pequenos bolsões em um país majoritariamente formado por camponeses, tendo a repressão política como algo que dificultava as organizações operárias a saírem do restrito âmbito local. Os primeiros trabalhadores a conseguirem a se organizar de forma estendida são os judeus, que são em geral mais cultos e mais conscientes de sua situação minoritária, ocupando empresas de pequeno porte; sua organização é o *Bund*, que conta com centenas de milhares de membros. (BROUÉ, 2006)

No ano de 1898 se reuniu em Minsk nove de seus delegados, incluindo um operário das organizações social-democratas do Império, representantes das ligas de Moscou, São Petersburgo, Kiev e Ekaterinoslav. Durante esta assembleia, que se denominou como o primeiro congresso do Partido Operário Social Democrata Russo, redige-se os estatutos e um manifesto, elegendo um comitê de três membros.

Mas o fato do partido ter sido fundado não indica que tenha tido existência real: tanto o comitê central como os congressistas são detidos quase imediatamente. A apelação de “partido” subsiste como etiqueta comum a um conjunto de círculos e organizações de limites mais ou menos claros que praticamente permanecem independentes uns dos outros. (BROUÉ, 2006, on-line)

Um pequeno agrupamento de intelectuais socialistas emigrados - abdicam da tentativa de se construir um partido operário a partir dos pequenos círculos locais, passando à tentativa de construí-lo a partir do estrangeiro, com isso, salvando-se da polícia e construindo um jornal político para toda a Rússia, que mediante uma rede clandestina irá consolidar-se como o centro catalisador e uma ferramenta de unificação de um partido com diferentes tendências.

Os marxistas russos do chamado “grupo para a libertação do trabalho, criado no exílio em 1883, a partir de Vera Zasulich, Jorge Plechanov, (considerado o pai do marxismo na Rússia) e Pavel Axelrod - formam o núcleo do agrupamento político, conjuntamente com os marxistas da denominada segunda geração, mais novos e organizados no grupo chamado “liga da Emancipação da Classe Operária”, dentre os quais se destacam – Vladimir Illich Ulianov, que viria a se chamar Lênin e Yuri Martov, que saíram da Sibéria em 1889.

No dia de 24 de dezembro de 1901 surge em Stuttgart o primeiro exemplar de seu jornal *Iskra* (A centelha), cuja missão proclama: da centelha surgirá a chama, apresentando suas finalidades. Seu principal objetivo era o fortalecimento das organizações operárias e seu desenvolvimento. Oportunizando os organismos clandestinos na Rússia um programa e plano de ação, diretrizes

políticas e práticas para a criação e conservação de uma organização clandestina, que no início, a cabo da esposa de Lênin, a companheira Nadezhda Krupskaya, limitar-se-á apenas na divulgação do material jornalístico.

Nesse período o movimento operário se desperta para as lutas diversas: as greves e os diferentes agrupamentos se espalham e os representantes do Iskra, que inicialmente não passavam de 10, alcançando trinta em 1903 – saem em direção a todo país, entrando em contato com os grupos regionais, coletando informações, disponibilizando publicações e recrutando os militantes de maior envergadura que passarão para a clandestinidade. Os Iskristas se consideravam membros de uma ordem circulante, colocando-se como referência e acima das organizações locais; tentam romper com o isolamento clássico dessas organizações, construindo uma estrutura central, um organismo maior das lutas operárias e criando quadros que se dediquem a uma atuação universal da luta.

Toda essa atividade política coincidirá, no plano teórico, com a publicação da principal obra de Lênin acerca do problema do partido, denominada “*Que Fazer*”, lançada em Stuttgart em 1902. Toda sua crítica refinada se dirige aos chamados “economistas” que, reivindicando um marxismo adaptado à situação russa, negam a necessidade de se construir um partido operário social-democrata em um país onde o capitalismo industrial não havia se consolidado. Lênin contrapõe a tese dos “economistas” que afirma para os marxistas russos que não há solução diferente do que apoiar as lutas econômicas da nascente classe operária e participar como oposição liberal. Defendendo a tese que a simples participação espontânea das lutas econômicas do proletariado não poderia impulsioná-las à consciência socialista, e que as teses dos “economistas” só servirão para pôr a jovem classe operária na dependência política da burguesia;

Segundo ele, [Lênin] é preciso – e essa é precisamente a tarefa que propõe a [Iskra](#) – introduzir na classe operária as idéias socialistas mediante a construção de um partido operário que se converterá no campeão de seus interesses, e no seu educador e na sua direção. Dada as condições em que se acha a Rússia no alvorecer do século 20, o partido operário deve estar integrado por revolucionários profissionais: frente à polícia do estado czarista, a arma principal do proletariado há de ser a organização rigorosamente centralizada, sólida, disciplinada e o mais secreta possível, de uma série de militantes clandestinos; o partido se concebe assim com “a ponta de lança da revolução”, como o estado maior e a vanguarda da classe operária. (BROUÉ, 2006, on-line)

O Segundo congresso do partido se realizará durante os meses de julho e agosto de 1903, inicialmente em Bruxelas e a seguir em Londres. Em cerca de cinquenta delegados, só havia quatro operários. Na correlação de forças os Iskristas contam com a maioria e com facilidade aprovam um programa que redigido por Lênin e Plekhanov - defende pela primeira vez entre os partidos social-

democratas a plataforma da “ditadura do proletariado”, definindo-se como a conquista do poder político pela classe proletária, condição *sine qua non* da revolução social.

Porém, os membros do grupo da Iskra se dividem no debate do voto dos estatutos, onde disputavam dois textos. Representando dos chamados “duros”, como Lênin, propõe que a confirmação do título de membro do partido somente se dará àqueles que participam diretamente de uma das instâncias das organizações; já Martov, representante dos “flexíveis”, se posiciona de forma a aceitar que todos aqueles que de alguma forma contribuam regular e pessoalmente sob a direção de alguma das organizações, possam figurar como quadros do partido.

Inicia-se assim uma profunda diferença entre aqueles que defendem uma concepção de partido mais aberto e amplo, relacionados com as posições de Martov, e os simpatizantes de Lênin, defensores da concepção de um partido mais restrito, com uma vanguarda ordenada, composta por revolucionários profissionais. O texto de Martov é aprovado com 28 votos contra os 22 dados a Lênin, que apoiados pelos militantes da *Bund* e os dois “economistas” que estavam no congresso conseguem a maioria.

Tanto os chamados “duros” quanto os “moles” foram consensuais em negar ao agrupamento da *Bund* a autonomia exigida e em desaprovar as teses apresentadas pelos “economistas”. O resultado foi que ambos os agrupamentos saem do congresso, deixando o caminho livre para que os “duros” consigam a maioria no congresso. Com essa reviravolta, os “duros” conseguem nomear um comitê de redação e um comitê central, sendo os dois integrados na sua maioria por partidários de Lênin. Daí por diante, estes serão chamados de *bolcheviques*, ou seja, majoritários, e os minoritários, ou os “moles” serão reconhecidos como *mencheviques*. No mês de agosto de 1904, Lênin consegue organizar uma verdadeira direção entre os grupos bolcheviques, o “burô dos comitês de maioria” esboçando aquilo que será a fração bolchevique, que a partir de janeiro de 1905 publicaria seu órgão próprio, *Vpériod* (Adiante). Tal sucesso de Lênin, que naquele momento visualizava tempos revolucionários a seguir, permite que o ainda vacilante comitê central convoque um congresso do partido, que será realizado em Londres no início de 1905.

De fato a revolução explode em 1905, contagiando centenas de milhares de operários. A manifestação em São Petersburgo, repleta de ícones e bandeiras dos operários, onde se esperava ser pacífica, foi recebida em cinco de janeiro com uma violenta repressão do Governo central, resultando em centenas de mortos, homens e mulheres feridos. O “domingo sangrento” transforma-se numa data determinante. O conjunto dos proletariados em luta cresce, se elevando, diante de si e das outras forças como uma classe a ser levada em consideração. Nos meses que se seguem, as

fortes agitações econômicas e políticas, vão impulsionar milhares de operários à luta, que até então, estavam estagnados ou passivos diante de todas as formas de greves.

A agitação culmina numa greve geral no mês de outubro. Frente a esta ameaça, o Czar, tenta desarticular a frente unitária das forças políticas que o combatem; edita e publica então um manifesto que converge com os interesses da burguesia, que de forma resignada, abandona suas inquietudes, passando prontamente para seu lado. As lutas dos operários de Moscou se estendem até sete a dezessete de dezembro, mas nada podem fazer contra um exército que já eliminou quase todos os núcleos revolucionários.

Por fim, o movimento revolucionário será derrotado, núcleo após núcleo, sendo revestido de duríssima repressão às organizações operárias. Sem sombra de dúvidas, a derrota satura de ensinamentos, já que as consequências dos desdobramentos experimentados – serviram para que revitalizasse todo o conjunto de problemas que os socialistas encontram, em posição destacada, a questão do partido;

Na realidade, os bolcheviques se adaptaram com bastante lentidão às novas condições revolucionárias [...] Acima de tudo os surpreende a aparição dos primeiros conselhos operários ou *sovites* eleitos primeiro nas fábricas e depois nos bairros, que se estendem durante o verão a todas as grandes cidades dirigindo daí o movimento revolucionário no conjunto. Compreendem demasiado tarde o papel que podem desempenhar nele e o interesse que têm na hora de aumentar sua influência e lutar neles para conseguir a direção das massas. (BROUÉ, 2006, on-line)

Durante os meses seguintes ao sexto congresso em Estocolmo, em abril de 1906, conhecido como o congresso da reunificação, onde se conciliou as frações diante de uma conjuntura de derrota revolucionária e exigência de reconstrução, a fração bolchevique consegue ligeiros progressos no seio do partido. O rechaço de alguns mencheviques à revolução de 1905, o enfraquecimento dos *sovietes*, permitindo que quadros operários se dedicassem exclusivamente a um trabalho de partido, e a coesão política dos bolcheviques, consegue fazê-los sobressaírem na correlação de forças.

O sétimo congresso ocorrido em maio de 1907 em Londres, é eleito por 77.000 militantes do partido russo, além de 44 delegados da *Bund*. Com o apoio dado aos bolcheviques pelos social-democratas letões e polacos, a fração bolchevique consegue assegurar o controle da maioria do congresso frente à fração menchevique. O congresso introduz o princípio do “*centralismo democrático*”, sendo todas as decisões acatadas e aplicadas estritamente por todos após ampla e livre discussão interna, devendo a minoria, submeter-se a decisão da maioria. Sendo que todas as ações deveriam ser reavaliadas por todos novamente, como garantia da liberdade e crítica interna. Esse será um dos fundamentais elementos do partido bolchevique durante os anos seguintes;

A pesar de sua vitória, Lênin, que pressente a iminência de “tempos difíceis”, o que se necessitará “a força de vontade, a resistência e a firmeza de um partido revolucionário temperado que possa enfrentar a dúvida, a debilidade e a indiferença e o desejo de abandonar a luta”, mantêm a fração e a reforça; depois do congresso, os delegados bolcheviques elegem um centro de 15 membros; este último tem como objetivo a direção da fração que, de outro lado, não constitui para Lênin o embrião de um novo partido mas “um bloco cuja finalidade é a de forçar a aplicação de uma tática determinada dentro do partido operário. (BROUÉ, 2006, on-line)

É sobre essa concepção de partido para ação revolucionária, disciplinado, democrático e centralizado, composto de quadros militantes profissionais, que sob a liderança de Lênin, após a ruptura definitiva com os mencheviques em 1912, apresentará ao mundo o partido bolchevique (leninista), que na intensa contenda de 1917 alcançará a maioria entre as forças revolucionárias e se tornará o instrumento mais correto ao conjunto dos proletários russos durante a revolução vitoriosa. O bolchevismo logo se transformará num paradigma a ser criticado ou seguido. De suas virtudes e contradições, cabe aos revolucionários de todos os países, em qualquer período, fazerem suas próprias conclusões políticas.

Alongando o espaço tempo em mais de 63 anos posteriores a primeira experiência socialista revolucionária exitosa -, encontramos no extremo oposto do globo, mais especificamente, no interior do abc paulista, no fim da década de setenta e início dos anos 80 do século xx, o surgimento do *Partido dos trabalhadores*, organização de trabalhadores (as), intelectuais progressistas, esquerda católica, movimento estudantil, negro e de mulheres, socialistas das mais diferentes colorações, ou seja, a síntese de vários (as) lutadores e lutas particulares da classe trabalhadora que encontraram na radicalidade e liderança operária em luta no coração do setor produtivo brasileiro a sua inspiração e as condições materiais para a envergadura de tal projeto partidário.

Ao longo de seus anos, tal partido se intitulará como socialista, seguindo sua especificidade organizativa e de análise do que seria tal sistema e como alcançá-lo. O socialismo enquanto paradigma, inicialmente construído na Rússia, expandindo ao longo do século XX no globo, será um forte elemento simbólico e estratégico na sua trajetória política, seja como uma estratégia a ser seguida, ou como, se realmente resultou, na sua mais retumbante negação histórica. Passemos analisar de mais perto o que foi a experiência do Partido dos Trabalhadores.

Capítulo 2 – O PARTIDO DOS TRABALHORES: SEGUINDO SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA NA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

2.1 – A metamorfose política: Da radicalidade classista de inspiração socialista à consolidação de uma estratégia democrática e popular.

“Uma canção o prazer de cantar, em nossas mãos o poder de mudar, feliz quem carrega no peito esse sonho de liberdade, pra fazer com vontade de verdade o novo país, corajosa esperança que vai fundo buscar, alegria de ser de fazer e saber sonhar, se aprende a viver a vida ouvindo o que a vida diz, gente na praça, nas ruas e assim vai valer a pena, brilha estrela serena, clareando caminhos, PT⁷.”

O Surgimento do PT no início dá década de oitenta do último século foi entendido pela elite intelectual daquele período como o nascimento de algo novo no país, por diversos motivos. (IASI, 2012). Seguramente o motivo que nos interessa nesse momento é o fato de que naquele contexto histórico o surgimento do PT significava uma autêntica movimentação política e organizativa dos próprios trabalhadores, rompendo com as amarras impostas durante anos de forte repressão aos movimentos organizados da classe trabalhadora no período da ditadura civil-militar-capitalista no país. Significava um projeto forjado na luta de classes daquele tempo que não se submeteu a tutela dos projetos da classe dominante neste país. Dos anos iniciais de sua construção, estiveram em unidade para sua consolidação: lideranças sindicais, revolucionários Marxistas-Leninistas, trotskistas, além de um terceiro setor importante da sociedade brasileira, como relembra o historiador Daniel Aarão Reis:

Finalmente uma terceira componente participaria igualmente da formação do novo partido: os militantes da esquerda católica. Nas bases da sociedade, tinham sido eles agentes da verdadeira reviravolta registrada por importantes setores da Igreja Católica que, de uma posição favorável, ou neutra, à intervenção de 1964, evoluíram, progressivamente, para a crítica, e depois, o confronto com ditadura militar. Organizavam-se nas *comunidades eclesiais de base*, as CEBs, que se espelhavam, dezenas de milhares, pelo país, animadas muitas, pela fé militante da *teologia da libertação*, doutrina que tinha a ambição de elaborar um síntese revolucionária anti-capitalista entre cristianismo e marxismo. [...] Assim, na fundação do PT, em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo, encontraram-se reunidas, de mãos dadas, em alianças lideranças sindicais *autênticas*, revolucionários marxistas-Leninistas e militantes cristãos radicais. (REIS, 2007, p.3)

O que se destaca verdadeiramente nesse contexto, não é o fato dos trabalhadores construírem seu próprio partido político que os representasse, nesse sentido o PT não foi o primeiro instrumento partidário da classe trabalhadora a ser construído no país. O que chama atenção na sua especificidade é a conjuntura histórica que fomentou sua criação. Ocorre nesse cenário a reentrada política da classe trabalhadora com a liderança sindical incontestável dos operários do interior paulista. A transição, o amadurecimento na consciência de classe de uma unidade sindical em luta para a construção de um partido político parecia improvável até nas palavras de seu principal líder,

⁷ Jingle político no início da construção do PT. Nascimento do partido dos Trabalhadores, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7I9uUxBGYXE&t=90s>. Acesso em: dezembro. 2017

Lula, (IASI, 2012), que insistentemente afirmava o caráter “apolítico” do movimento com sua intransigente posição de negação da luta “política” ou partidária.

Muito mais que o aspecto original das formas de organização, que ao fim não se mostraram assim tão originais, nos desperta o interesse um aspecto “não original”: uma classe, no centro estratégico do processo de valorização do valor, se confronta com o capital, primeiro por motivos imediatos e pontuais (ritmo de trabalho, condições de trabalho, salários, direito de organização etc.) e depois dá o passo no sentido de buscar uma representação política que permitisse intervir no cenário nacional, unificando a ação de algo muito além de sua situação particular e imediata de classe, convertendo-se num pólo aglutinador de diferentes setores de classe e segmentos sociais diversos que se unificam na luta contra a ditadura militar e pela democratização com um corte inicialmente classista e anticapitalista. (IASI, 2012, p. 361)

O entendimento da época que apontava para os limites da consciência de classe e política dos operários era verdadeira. (IASI, 2012) No momento que Luis Inácio da Silva, o Lula, assume o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1975, já fica evidente o duplo caráter na sua consciência de classe em desenvolvimento. (IASI, 2012) Numa ponta, Lula tece consideráveis elogios a Paulo Vidal, ex-presidente da entidade, que considerando seu caráter polêmico, combinava a luta política nos termos da legalidade na estrutura sindical, na defesa dos direitos dos operários, mesclada com algum grau de mobilização que estimulava a ação coletiva. Na outra ponta, já apontava uma determinada visão e compreensão no que diz respeito às condições de vida e de trabalho dos metalúrgicos e de suas tarefas organizativas, que nesse sentido, sinalizava uma ação política que ia muito além dos limites da estrutura sindical regente. Segundo (REIS, 2007):

Tudo isto é verdade, mas, mesmo assim, é impossível diminuir a importância histórica das ondas de choque das lutas sociais e políticas que se estenderiam, de modo surpreendente e ininterrupto, ao longo dos anos seguintes, entrando pela década de 1980, e projetando os trabalhadores brasileiros, naqueles anos, como dos mais combatidos em escala mundial. A ditadura estava em franco declínio, seu aparelho repressivo, ainda intacto, e embora em atividade, intimidava cada vez menos. Mesmo entre as elites, principalmente entre elas, talvez, prevaleciam as tendências favoráveis à democratização do país. O contexto internacional também ajudava: o triunfo da revolução sandinista, 1979; o declínio das ditaduras nas Américas ao sul do Rio Grande; e a própria atitude do governo Carter nos EUA, que via com bons olhos o declínio dos regimes ditatoriais, desde que substituídos em boa ordem, e pelo alto, tudo isto favorecia propostas alternativas fundadas na imaginação e na criatividade. (REIS, 2007, p. 2)

Contudo, isso não implica dizer que a consciência de classe do líder sindical nesse momento fosse além dessa contradição. (IASI, 2012) Um trecho de seu discurso de posse como presidente do sindicato revela este fato:

O momento da História que estamos vivendo apresenta-se, apesar dos desmentidos em contrário, como dos mais negros para os destinos individuais e coletivos do ser humano. De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela

ideologia marxista, tolhido nos seus mais comezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E, no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico explorado por outros homens, privado da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro, jungidos ao ritmo louco da produção, condicionados por leis bonitas, mas inaplicáveis equiparados às máquinas e ferramentas.⁸

Como se percebe pelo próprio discurso de Lula, sua consciência encontra-se nesse momento, mergulhada nos valores de liberdade, direitos, dignidade ao trabalho, circunscrita ao ordenamento da sociedade burguesa. Contudo, é como se uma consciência que recebesse sistematicamente a carga valorativa do combate a “escravizante ideologia marxista”, acabasse materializando uma ação política que confrontasse a realidade objetiva imposta pela sociedade burguesa. (IASI, 2012). É um ilustre exemplo de como uma carga valorativa pode ser invertida numa práxis política oposta do que se esperava. Como se sabe, caberia nesse momento a um líder de uma estrutura sindical, corporativista de inspiração fascista e aperfeiçoada pela ditadura, uma posição antimarxista e antissocialista. É fundamental que defendesse certos valores próprios da sociabilidade do capital como a crença individual de crescer materialmente na vida através do seu próprio esforço.

No entanto, se evidenciam elementos específicos de consciência opostos do que se esperava nessa situação; o conjunto dos valores absorvidos pelos indivíduos começam a entrar em contradição com as determinações materiais objetivas vivenciada pelos próprios líderes sindicais e trabalhadores operários. (IASI, 2012) Não necessita-se de muito para a ideologia liberal burguesa entrar em choque com a realidade da produção e reprodução material da vida capitalista. A incisiva crítica aos Estados socialistas burocratizados que nega a autonomia do ser humano é uma forte referência simbólica, porém um símbolo e uma realidade distante. Ao passo que a realidade sentida pelos trabalhadores em uma ditadura militar e sob as condições aviltantes da produção industrial, torna-se uma versão muito mais direta dessa negação do ser, pois transforma seres humanos cotidianamente em ferramentas a serviço da acumulação de capital. (IASI, 2012)

Ocorre que a negação particular vivida cotidianamente por metalúrgicos em São Bernardo é apenas a expressão particular de uma singularidade muito precisa: a forma capitalista de produção sob o envoltório autoritário de uma ditadura. Esta singularidade pode encontrar suas mediações particulares nas mais distintas condições: trabalhadores da construção civil, petroleiros, boias-frias, donas de casa desalentadas com o custo de vida; jovens em guerra contra um mundo que ousa apresentar-se como já feito sem sua opinião; negros massacrados pelo preconceito; artistas tolhidos em sua criatividade pela censura; intelectuais condenados ao silêncio; poetas escrevendo no ar; famílias procurando pelos corpos de seus filhos, maridos e esposas com continentes entre seus abraços exilados; cristãos que veem

⁸ Discurso de Lula, pronunciado por ocasião de sua posse como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, de São Bernardo do Campo e Diadema em 1975, *in*: RAINHO, Luis Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977/1979). São Bernardo do Campo: Editora: FG, 1983. v 1, p.187. *Apud* IASI, 2012, p. 363

de novo e de novo milhares de cristos crucificados; crianças subversivamente perguntando: por quê?, pisando no chão sem sapatos, vendo seus pais trabalhando duro no campo por toda a vida para a riqueza de poucos; trabalhadores destruídos pelo capital, morrendo envenenados, loucos, prostituídos e violentados, historiadores sem memória escrevendo na carne para depois lembrarem; mortos gritando seus nomes para que não sejam esquecidos. (IASI, 2012, p. 366)

O que se concretizou de fato no final dos anos setenta e início dos anos oitenta no país foi uma imbricação de lutas sociais que fora travada pelo conjunto da classe trabalhadora nacionalmente, que encontrou na explosão do movimento sindical no interior mesmo da produção de valor, no interior paulista, a condição de síntese e de unificação de classe, inicialmente pelo conjunto de pautas imediatas no que tange a qualidade de vida da classe trabalhadora e depois contra a ditadura que ruía. A correspondência com o enfraquecimento do regime ditatorial do Estado inflamou a classe trabalhadora contra um determinado alvo que lhe permitia ir além das pautas de um setor de classe ou categoria. E assim, conformar-se como um movimento político da classe trabalhadora, apesar de suas limitações iniciais de consciência e de programa. (IASI, 2012) A elevação da consciência de classe dos operários em luta contra o capital industrial era inevitável, ainda que não tenha sido a intenção inicial das próprias lideranças, como fica explícito no depoimento do próprio Lula:

Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país. Veja que ninguém mais do que eu contestou a corrupção, o modo de fazer política no Brasil. Entretanto, eu acho que estou pagando e vou pagar um preço pelo puritanismo com que eu defendia minha categoria. Até um determinado momento, eu achava que nós não deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; mas depois de fazer um dos mais belos movimentos da classe trabalhadora que já se fez nesse país, a gente percebeu que a classe política não estava sensível aos nossos problemas, que os partidos políticos não tinham tomado uma posição em relação à greve (de 1979). Nem tinham se manifestado em relação a nenhum grande problema nacional que nós enfrentamos durante anos de arbítrio. Então cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto, oferecendo, às vezes, favores. Daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente.⁹

Como dissemos, a explicação da criação do partido dos trabalhadores, em 1980, só pode ser entendida se levada em consideração todas essas vicissitudes do processo histórico: um determinado contexto da luta de classes no país que encontrou na emergência da luta sindical e proletária um elo de conexão das classes trabalhadoras em luta, na qual sua expressão maior e mais coesa foi a construção de um partido de trabalhadores que os (as) representasse politicamente, seja nas lutas cotidianas travada pela classe ou se manifestando e lutando contra a ditadura, alterando assim, o

⁹ Lula, presidente do SMSBCD, abril de 1980, apud MENEGUELO, Raque. PT: a formação de um partido..., cit., p51. Apud IASI, 2012, p. 374

caráter “pacífico” que desejavam as classes dominantes no processo de abertura política restrita sob a tutela dos militares.

O intelectual marxista José Chasin, nascido na República Tcheca e brasileiro de toda uma vida, em artigo escrito em 1981 com o título, *Lula versus Luís Inácio da Silva*, artigo que se soma a uma coletânea de outros ensaios no seu livro, *A miséria brasileira 1964- 1994: do golpe militar à crise social*, vai fazer uma análise “a quente” do processo vivido no Brasil no final dos anos setenta e especificamente da reabilitação da classe operária na cena nacional e de sua maior expressão política, o Lula. Nesse artigo com tom polêmico já no título, o autor tece uma importante crítica ao personagem do líder sindical, contrapondo o Lula sindicalista, que nesse contexto era uma força espontânea das mais legítimas da classe operária ao Luis Inácio da Silva, sujeito histórico, repleto de limitações e qualidades que começa despontar como referência política nacional, rompendo com os limites sindicais. Para compreender o contexto e sua crítica apresentamos diretamente as palavras do autor:

Lula e Luís Inácio da Silva – a extraordinária luta sindical e as preocupações com a política partidária. O sindicalismo pujante que retomou e conduziu a nível bem mais alto os melhores sentidos e aspectos de toda uma tradição dos embates operários. Pela outra face, a necessidade de equação partidária para efetivar a extensão da luta de uma categoria e de uma classe para toda uma sociedade e para os âmbitos do poder. Passo necessário, imanente à lógica do movimento operário em busca de representação e ferramenta política para si e para todos os trabalhadores. Sonho que desenhava no horizonte porque um vácuo absoluto gritava na realidade, com o abortamento final de todos os ramos de herança staliniana, distribuídos num espectro lastimável, que vai pântano (no sentido de Lênin) ao primarismo ideológico banhado de violência sectária. Sonho que medrou, estirou pernas e braços e se pôs a andar; agora é tempo de precisar no que vem-se convertendo e para onde vai. [...] Não podem mais restar dúvidas de que Lula é o melhor produto do ressurgimento do movimento operário a partir de 78. É precisamente, a expressão espontânea do historicamente novo. (CHASIN, 2000, p. 75)

J. Chasin, (2000) nesse contexto não enxerga as qualidades e limitações de sua mais destacada liderança e expressão política e sindical sendo apenas as qualidades e limitações de um personagem histórico isolado; pelo contrário, enxerga-o como produto de seu tempo, de sua classe, da consciência coletiva dessa classe que é reflexo das marcas criadas nas trincheiras da luta sindical e operária que recomeça a ressurgir politicamente na luta de classes nacional. Ao criticá-lo e ou valorizá-lo individualmente, o autor dirige suas opiniões contributivas ao conjunto da classe operária que lhe dá expressão e impulso. Ou seja, a expressão particular da consciência e da liderança de Lula, é somente a expressão e consciência de uma classe ou setor de classe.

Expressão, pois, do historicamente novo, mas de um novo com traços problemáticos: menos como dirigente sindical e mais como figura partidária. Novo

e problemático que expressam, de maneira direta, as próprias virtudes e debilidades dos movimentos dos quais é produto e agente. Produtos destes, objetiva o melhor que aqueles geram, incorporando, infelizmente também, em certa medida, seus lados débeis e equivocados. (CHASIN, 2000, p. 76)

Das virtudes e méritos de Lula enquanto líder sindical dos metalúrgicos do interior paulista, J.Chasin, (2000) analisando a conjuntura histórica do fim dos anos setenta e início dos oitenta do último século, não tem dúvidas em demarcá-las, ao dizer que Lula é um aberto e coerente defensor da posição fundamental de que nesse país as mudanças só acontecem e acontecerão com o conjunto da classe trabalhadora em movimento. (CHASIN, 2000) Sendo que a bravura de Lula, ao regressar à direção do sindicato, tornando-o único líder sindical que fora deposto que conseguiu tal façanha, reafirma sua conexão com as massas, sua legitimidade e seu valor. (CHASIN, 2000)

Das suas debilidades sinalizadas pelo autor, algumas são importantes, porém, apenas circunscritas ao contexto de mobilização e greve, como sua crítica a uma certa romanização de Lula ao “vanguardismo de base”, que seria para J.Chasin uma incoerência com o próprio papel de liderança assumida pelo sindicalista. Seguramente, do conjunto de seus questionamentos, aquele que mais nos chama atenção é a crítica e de certa forma, uma crítica com uma assertividade incontestável a luz da história, que seria a ausência completa em Lula daquilo que se considera fundamental a qualquer militante social de compromisso socialista, ou seja, a consciência e demarcação da necessidade de *independência ideológica*, estratégica e societária da classe operária.

Poderíamos, para finalizar, transitando de Lula para Luís Inácio da Silva, deixar assinalado que “ambos” se confundem, na formulação das relações entre sindicato e partido político, em mais uma debilidade adquirida. Mas, se queremos, ao lado de mais uma vez grifar o valor de nosso personagem – lembrando seu posicionamento favorável, ainda que não nos moldes mais desejáveis e consequentes, em torno da necessidade de uma proposta econômica da perspectiva do trabalho, única a poder ser base e norte para uma efetiva construção democrática no país; mas repito, se junto a isto se impõe sintetizar suas fraquezas, dir-se-á que ele compreende e desfralda as bandeiras das necessidades operárias de independência sindical e política, mas desconhece por completo a terceira necessidade fundamental: a independência ideológica da classe operária. (CHASIN, 2000, p. 78)

Como dissemos anteriormente, a consciência da maior liderança sindical à época era tão somente a expressão particularizada de uma consciência generalizada de uma classe ou setor de classe. Para J.Chasin, (2000) as debilidades de Lula não deveriam surpreender, quando se leva em consideração que na emergência espontânea da classe operária no início de 1978, não se balizou ou encontrou um rigoroso espectro de ideias que pudesse se conectar ao movimento real concernente as circunstâncias e desdobramentos políticos ao interesse dos (das) trabalhadores. “Resta dizer que o futuro de Lula não importa apenas a ele, de modo que o dito aqui, suscitador de discussão, é uma

parcela de um esforço geral a que todos deveriam responsabilmente se filiar.” (CHASIN, 2000, p. 78)

O peso de Lula na história da luta de classes desde esse tempo foi grande demais a despeito de sua pouca independência ideológica. O “animal político” Lula como ficou conhecido nesses tempos ainda seria responsável pela direção simbólica, estratégica, organizacional e ideológica da maioria da classe trabalhadora organizada ou não neste país. Para o bem ou para o mal, gostemos ou não, concordemos ou não, o destino histórico de Lula se confundirá e ainda se confunde com o destino de toda uma classe social neste país. Na linha posicionada deste trabalho, urge a necessidade histórica de superar o paradigma de Lula e do Lulismo, enquanto uma manifestação distorcida do real, impondo como tarefa política da classe trabalhadora a necessidade de reconstrução de seus instrumentos organizativos e da demarcação estratégica que visualize outra sociabilidade, que ouse posicionar-se pela superação do sistema sóciometabólico do capital sob o princípio da emancipação humana.

Ainda no período das greves operárias, no IX Congresso dos trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP) em 1979, já fica evidente nas teses aprovadas o amadurecimento político da classe trabalhadora naquele tempo, tanto organizativo como na sua consciência das tarefas históricas. (IASI, 2012)

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres, e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existem neste país, estará colocada na ordem do dia da luta política e a necessidade da conquista do poder político. A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é seu partido político.¹⁰

Nesse momento uma das principais marcas no conjunto dos textos, teses, resoluções que vão ser a base dos documentos de fundação do PT, é sem dúvidas sua identidade anticapitalista. Importante ressaltar que o contexto que se expressa é de intensas greves no ABC paulista e noutras partes do país; da mesma maneira como cresce uma posição coletiva e geral da classe trabalhadora no confronto contra a ditadura em decadência e sua intenção de abertura lenta e segura. Como dito anteriormente, a unidade da classe trabalhadora neste contexto se viabiliza na medida exata que esta se vê em confronto com a contraposição geral da classe dominante deste país. (IASI, 2012) Nesse sentido, a carta de princípios do PT, elaborada em 1979, manifesta de maneira clara que a unidade

¹⁰ Tese aprovada em 24 de janeiro de 1979 no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo na cidade de Lins (SP), in: ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (org). Resoluções de encontros e congresso, cit., p.47. *Apud* IASI, 2012, p. 377

classista dos trabalhadores (as) vem justamente como uma resposta à unidade dos capitalistas e seus agentes para desmantelarem as greves operárias no final da década de setenta.

Diante da força das greves do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política de arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem os nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir pela violência que os trabalhadores consigam local para se reunir. Por outro lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à falta de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política. [...] não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo o seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido. (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979, p. 1-2)

O setor da classe trabalhadora que impulsionou todo esse movimento de criação de um partido de trabalhadores tinha a clareza exata do papel protagonista e importante que assumia nessa construção. Ainda no documento de princípios do PT, os operários que deram seu primeiro passo se enxergavam como portadores de uma autoridade política e moral para viabilizar um percurso coerente ao conjunto da classe trabalhadora. (IASI, 2012) E elucidam:

[...] não acreditamos que partidos políticos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo. Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o PT. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido. (*Ibid*, p. 2-3)

A sua identidade classista ainda se manifestaria explicitamente noutras passagens da carta de princípios ao resgatar inclusive uma passagem de Marx ao afirmar que “o partido dos trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores.” (*Ibid*, p. 5) Da mesma maneira que afirma que a “única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades”. (*Ibid*, p.5)

Uma das inquietações que recaiam sobre o partido que estava nascendo, era se ele se limitaria como uma organização política apenas construída por sindicalistas ou de operários fabris. (IASI, 2012). Respondendo a essas dúvidas, o documento de princípios esclarece que as intenções do PT são de “organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais. (*Ibid*, p.5)

Dando unidade e se colocando “aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.”
(*Ibid*, p.5)

Como confirmação deste princípio impulsionador da criação de um novo organismo partidário classista e que se coloca aberto a todos os setores explorados da classe trabalhadora, a carta de princípios do PT, chega à conclusão ao lançar luz sobre a história política da classe trabalhadora brasileira, levando em consideração as velhas formas de cooptação e manipulação envoltos na sua trajetória que o “PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. vale dizer, o *Partido dos trabalhadores é um partido sem patrões!*” (*Ibid*, p.5)

Posicionando sobre sua estratégia política e histórica na luta de classes brasileira, o documento inicial aponta de maneira clara e explícita que sua demarcação anticapitalista está concomitantemente vinculada a um objetivo e projeto de construção de uma sociedade socialista. Afirmando que suas intenções não são de forma alguma apenas de se criar uma nova organização político partidária, mas sim, de se tornar um instrumento cuja finalidade última é acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. No documento essa estratégia para se erradicar com a exploração dos homens pelos homens, ganha a forma na luta pela “democracia plena”, ou textualmente, “o PT Afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo.” (*Ibid*, p.6)

Do seu Manifesto de fundação, em 1980, se ressalta e reafirma-se o conjunto das teses apresentadas na carta de princípios redigida no ano anterior; destacando novamente que o salto político organizacional e da consciência da classe trabalhadora se deve a síntese de diversas lutas sociais, populares e sindicais que confluíram-se na luta geral dos trabalhadores (as) contra a decadente forma ditatorial do Estado brasileiro. No manifesto de 1980 se demarca claramente o caráter de classe e sua independência política:

O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. [...] O Partido dos trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi e nunca será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO, 1980, p. 1-2)

De maneira ainda mais clara coloca suas teses:

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema

capitalista. Somos um partido de trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. (*Ibid p.2*)

Além desses elementos citados no manifesto de fundação do PT, que já estavam contemplados na carta de princípios e outros documentos prévios, se destaca no manifesto o seu posicionamento e compromisso com a “democracia real”, tanto no que diz respeito ao posicionamento frente ao cenário nacional que vive o país, como também na relação interna com o conjunto de sua militância política organizada em suas fileiras. Ainda na carta de princípios se destaca o seguinte:

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vistas. Respeitará o direito de fração e a tendências.¹¹ [...] (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979, p. 6)

Como o próprio Lula sustentou a afirmação que tivera que pagar um alto preço pelo seu purismo político ao negar qualquer participação nos processos eleitorais, o Partido dos Trabalhadores se posicionava desde a carta de princípios como no manifesto de fundação sua intenção de participar dos processos eleitorais, no entanto, expressando o seu compromisso de usar das vias institucionais como instrumento para potencializar as lutas sociais dirigidas pelas classes trabalhadoras, assim como, acúmulo de forças necessário para um “governo dos trabalhadores”:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. (*Ibid,p.2*)

Importante ressaltar que diferentemente da carta de princípios, no manifesto fundacional do PT - não se manifesta a meta socialista como estratégia central do partido, deixando apenas uma vaga sinalização que o PT lutará para “chegar ao governo e à direção do Estado” (*Ibid, p.3*) com o objetivo de democratizá-lo “do ponto de vistas dos trabalhadores”, (*Ibid,p.3*) cuja finalidade seria “uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”. (*Ibid,p.3*) A discussão sobre a meta socialista só reapareceria com mais atenção novamente no 1º Encontro Nacional em 1981. (IASI, 2012)

Nesse sentido podemos entender que esses documentos iniciais denotam uma forte demarcação de classe do partido e de uma classe em luta que buscava sua independência política das caducas formas políticas que tutelavam os trabalhadores nos escombros da ditadura até então.

¹¹ “Depois o PT regulamentará o direito de tendências em seu 5º Encontro Nacional (1987), de forma a restringir o que aqui se identificou como “fração”. Esta resolução foi aprovada no Diretório Nacional em abril de 1990.” (IASI, 2012, p. 384)

Porém, analisando o rigor de sua estratégia política ainda não se visualizava com clareza o caminho real da construção do socialismo no país nem uma distinção mais cuidadosa das metas a serem alcançadas, como a “democracia plena”, “governo dos trabalhadores”, e o próprio socialismo. Essas lacunas só serão “preenchidas” no 5º Encontro Nacional em 1987 com a definidora *Estratégia Democrática Popular*, ou via petista ao socialismo, onde se tentará dar uma síntese mais coesa nesses princípios fundamentais expostos desde os documentos iniciais, caracterizando os meios reais de se alcançar a sociedade sem exploração de classe do homem pelo homem, ou uma sociedade socialista.

Sobre os debates do primeiro Encontro Nacional promovido em 1981, o conjunto de teses e princípios apontados nos documentos iniciais começam agora a ganhar a forma de um programa partidário. Caracterizando a si próprio e a realidade social nela inserida, e principalmente, como transformá-la no ponto de vista dos trabalhadores que tomaram a iniciativa de se organizarem. De forma elucidativa, nada melhor para tentar compreender as características do PT desse tempo do que ouvir as palavras da sua principal liderança política, Lula. Em seu discurso proferido nesse encontro, inicialmente o mesmo toca em temas que suscitaram debates ao longo do processo de criação do partido, desde a própria criação do partido em si e suas exigências legais até a polêmica entre aqueles que os acusavam de estarem abandonando a luta sindical:

O sindicato é ferramenta adequada para melhorar as relações entre capital e trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos do seu trabalho. E isso só se consegue com a política.¹²

Fica nítida nessas palavras a posição que o PT se colocaria como um instrumento que reivindicaria outra sociedade, modificando as relações sociais de produção, na qual os trabalhadores tornar-se-ão donos dos meios de produção; isso reflete na questão central sobre o objetivo da construção da sociedade socialista. (IASI, 2012) Continuando, Lula, vai descrever o que pensa o PT sobre essa sociedade futura, e se o partido que acaba de ser formado seria mais um partido social-democrata ou trabalhista, a fim de buscar melhorias pequenas e delimitadas pela sociedade burguesa, ou não. A passagem que se segue evidencia o salto qualitativo de compreensão e estratégia de Lula e do próprio partido:

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a ideia da necessidade de um partido. (...) Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e

¹² Discurso de Lula na 1º convenção Nacional do PT, agosto de 1981. Resoluções...,cit. p.107 *Apud* IASI,2012, p.386

queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista? (*Ibid*,p.387)

Contemplada e estratégia socialista como se observa, o debate se volta agora para reflexão de que tipo de socialismo se quer alcançar. Nesse sentido, a fala da principal liderança do partido deixa transparecer todo o debate que o conjunto interno do PT vem fazendo. Surge uma importante diferenciação e de certa forma uma “originalidade” no debate sobre a construção do socialismo dentro do PT. Essa “originalidade” está solidificada numa dupla contraposição (IASI, 2012): Num lado a negação dos meios paliativos de transformação social próprios da social-democracia, de outro, a necessidade de se contrapor às experiências e transições socialistas entendidas como burocráticas. Tais posições ficam claras no discurso de Lula a seguir:

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém, adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores a ao povo. (*Ibid*,p.387)

É sobre e a partir dessas considerações que surge a famosa formulação na qual o socialismo construído pelo PT não seria decretado via imposição sectária e arbitrária, tão pouco surgiria pela façanha teórica de algum socialista que batesse a porta, (IASI, 2012) mas seria edificado a partir da realidade concreta onde as exigências das lutas populares se fizessem presentes, definido nas lutas políticas do dia a dia. Segundo (IASI, 2012) uma parte considerável dos críticos à esquerda do PT, principalmente vinculadas à tradição marxista, utilizou desses argumentos para taxar o novo partido de “espontaneísta” ou “basista.”

Mais significativo do que a tese “marxista” ou “espontaneísta” da estratégia socialista construída nessa 1º convenção partidária, é ver o salto de qualidade organizacional e da consciência coletiva dos militantes no partido e de sua principal liderança, Lula, em contraposição quando da posse do mesmo como líder sindical dos trabalhadores metalúrgicos em 1975.

Observamos (IASI, 2012) que aqueles dois elementos já citados que polarizavam na consciência de Lula, que são a negação da ideologia “marxista escravizante” que tolhe os seres humanos e o sistema econômico capitalista que transforma seres humanos em apêndices das máquinas ainda se encontra presente, porém significativamente alterada. Agora já não se fala em lutar contra o sistema econômico capitalista e negar a ideologia “marxista escravizante”, mas sim em se colocar contrário ao capital e aos partidos reformistas ou social-democratas e criticar as

experiências “burocráticas” do socialismo no leste europeu onde se formaram uma série de privilégios a certos membros do Estado em detrimento dos trabalhadores.

Anteriormente, Lula e os sindicalistas metalúrgicos que irão dar o passo inicial a construção do PT, defendiam uma confusa e suposta “dignidade ao trabalho”, ao passo que o debate agora assume verdadeiramente a complexa necessidade de qual tipo de socialismo será edificado na luta pela derrota e superação do sistema capitalista. Importante pensar e considerar o salto de qualidade na consciência e na organização de um determinado setor da classe trabalhadora, que transitou em um lapso de tempo de cinco anos, de um forte setor operário em luta constante através das greves, para um setor de classe que impulsionou à unidade de diversos segmentos da classe trabalhadora a construção de um partido político próprio. E que conseguiu elaborar com todas as suas limitações uma meta socialista como objetivo central. Porém, como já dito, será mais tarde, no 5º Encontro Nacional do partido, em 1987, onde todo esse debate ganhará sua robustez teórica e política e se materializará num *programa próprio* que apresentará de fato o caminho da construção do socialismo.

O importante 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foi realizado no mês de dezembro de 1987, no momento de fortes mobilizações dos trabalhadores, porém, no mesmo tempo, o contexto que se destacará por produzir uma alteração na correlação de forças da luta de classes. Durante o ano havia malgrado uma tentativa de convocação de uma greve geral, impactando diretamente o movimento sindical, dando início a um processo lento, mas gradual de perda de radicalidade. (IASI, 2012) Isso traz impactos ao PT, que sempre teve como principal força na sua base social o movimento sindical.

Concomitantemente a esse processo, inicia-se um impactante processo de *reestruturação produtiva*, auxiliada pela gestão de recursos humanos, que tinha como finalidade central destruir o poderio de mobilização e luta do movimento sindical dentro das estruturas fabris, refletindo agora nas decisões políticas das organizações sindicais, fazendo com que cada vez mais seus militantes se deslocassem para fora de seus espaços de trabalho. (IASI, 2012)

Na conjuntura política mais geral, se inflamava a luta contra a tentativa de prorrogação do mandato em mais cinco anos do então presidente José Sarney. No mesmo tempo, manifestava-se um duro combate aos planos econômicos do Fundo Monetário Internacional, (FMI), apontado como o maior responsável pelo endividamento externo do país e pelas desastrosas consequências de diminuição da qualidade de vida da classe trabalhadora. (IASI, 2012)

Nas colunas internas do PT, o momento era de grandes debates, definições e disputas, tendo como resultado a formação de uma tendência hegemônica ou majoritária, consolidada agora nacionalmente, que disparava claramente um arsenal ofensivo às tendências minoritárias identificadas pelos majoritários como militantes de “duas camisas”, ou seja, militantes e correntes que estariam agindo apenas taticamente no PT, o famoso “entrismos”.

A “fraternidade-terror” (IASI, 2012) se avizinhava internamente no PT, e sobre ela exigia-se a consolidação de uma maior disciplina regimental, no entanto, tal esforço só alcançaria relevância e peso sobre e a partir da consolidação da *estratégia e tática* do partido. Nos encontros anteriores se produziu a base desse debate, mas é agora, no 5º Nacional que tal programa ganha seu corpo mais elaborado.

O 5º Encontro Nacional foi claramente um esforço maior de seus quadros para dar forma mais clara e acabada ao PT. Por isso o encontro demarcou as grandes questões internas, definindo com maior clareza a estratégia partidária, apresentando documentos e resoluções sobre a forma organizativa interna, sobre a relação com o movimento sindical e os movimentos sociais. Além de uma tratativa sobre as tendências internas. (IASI, 2012)

A parte inicial da resolução sobre a estratégia socialista - apresenta uma distinção significativamente importante sobre aquilo que seriam as tarefas identificadas propriamente à “tomada do poder político” e a real “construção do socialismo”, a partir das condições legadas pelos escombros do capitalismo. Isto é, primeiro referente à tomada do poder político em si e segundo sobre a edificação da ordem socialista. (IASI, 2012) De acordo com a resolução este processo assume de forma enfática a perspectiva anticapitalista, ancorado numa “ruptura” um tanto quanto confusa e uma “alteração radical na política”. Observemos:

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político - Estado – a seu serviço.¹³

Esta importante passagem da resolução sem dúvida deixa margem “às inquietações”, sobre as diferenças entre “tomar” o poder e de fato “construir” o poder, mas a sua intenção, segundo (IASI, 2012) seria delimitar um momento entendido necessário entre esses dois processos. Segundo o mesmo, os formuladores da resolução nesse momento acreditavam que nas entranhas da

¹³ 5º Encontro Nacional (1987). Resoluções..., cit., p. 312 *Apud* IASI, 2012, p. 415

sociedade capitalista, se gestariam formas iniciais de “auto-poder” ou “poder-proletário”; por exemplo, “cooperativas, compras comunitárias, comunidades locais, conselhos populares”, (IASI, 2012, p. 415) que se apresentariam como embriões de auto-gestão na sociedade burguesa, permitindo, por conseguinte, que florescessem as bases reais do “socialismo realmente democrático”, na qual todo o poder de decisão seja efetivado pela própria classe trabalhadora, não sobre ela.

Não nos incomoda aquilo que foi identificado como as formas “embrionárias” de “auto-gestão popular” no seio da sociedade burguesa. Nesse sentido, as experiências históricas revolucionárias nos revelam um período onde de fato existiu uma “dualidade de poderes”. Nos inquieta é a ausência da perspectiva clara da tomada de poder como um momento fundamental, substituída por uma leitura gramsciana de “transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado”.

Contudo, a resolução nos adverte, que apenas a existência dessas formas embrionárias de “auto-poder” ou de “poder-proletário” não conduzem, necessariamente à ultrapassagem do capitalismo. Sendo que sua existência, ou essa “dualidade de poder” provocaria uma reação e resistência (absolutamente) violenta por parte da burguesia, que obviamente se movimentaria no intuito de preservar seu poder e seus privilégios econômicos, políticos e ideológicos. “Estas formas embrionárias são vistas como táticas que permitiriam às forças revolucionárias disputar as massas e retirá-las da “influência da burguesia”, preparando-as para a “conquista do poder” (IASI, 2012, p.416)

Importante salientar que até nesse momento, as resoluções do PT tinham como intenção um grande esforço no sentido de buscar uma identidade própria que pudesse contrastar com os grupos localizados fora do PT; como os militantes progressistas dentro do PMDB, dos velhos partidos comunistas e dos sindicalistas vinculados ainda à decadente estrutura sindical e à política das organizações patronais que tutelavam os trabalhadores contrários aos seus interesses. (IASI, 2012)

No entanto, o foco dessa identificação se volta agora para o núcleo interno do próprio PT, ou seja, busca-se delimitar as diferenças entre as tendências majoritárias e minoritárias. Significativas partes das resoluções se direcionam agora àqueles grupos que queriam criar uma estratégia “revolucionária” no partido, que vinham caracterizando a estratégia de “acumulo de forças” como uma versão refinada das linhas “reformistas”. Agora a disputa se dá também no plano interno, como fica evidente nessa passagem:

Muitos companheiros não fazem esta distinção [entre as atividades ligadas ao acúmulo de forças e aquelas destinadas propriamente à conquista do poder], não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que grandes massas da população ainda não convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores, e em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas. (*Ibid*,p.416-417)

Indiferentemente de quem teria razão ou não, nesse momento o que nos chama atenção é o fato de que no calor desse grande embate interno no partido, as resoluções agora terão que dar conta dessas posições díspares, que se não são nesse período ainda antagônicas, expressam ao menos cadência, ritmos e formas de ações táticas opostas. O conjunto dessas divergências ainda se mantinha, num certo sentido, dentro do espectro consensual enquanto da estratégia e objetivo socialista. (IASI, 2012)

Para os formuladores, (majoritários), o conjunto daqueles que defendiam internamente uma “via imediatamente revolucionária”, não teriam percebido que suas posições estariam de forma simplista ou mecanicista contrapondo esta “via revolucionária” à tática do “acúmulo de forças”, defendida pela base dos movimentos sociais que reivindicavam uma plataforma de reformas estruturais, notadamente o movimento sindical e popular, que são a base mais importante do partido. (IASI, 2012) Por pressão exercida pela base social, se torna inadiável que as resoluções aprovadas dessem conta de harmonizar a ação tática da base social com o objetivo estratégico socialista. A leitura crítica da tendência majoritária àqueles identificados como “vanguardistas” resumiria que:

Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicos. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta.¹⁴

Curioso pensar, uma resolução que pretende chegar a um denominador comum que é a extinção do capitalismo, e a edificação da ordem socialista, combinando as lutas populares por reformas estruturais de base com uma “ruptura revolucionária”, que define sem escamotear que o inimigo central é a classe burguesa, não se seria por si só revolucionárias? (IASI, 2012) O que os

¹⁴ 5º Encontro Nacional (1987), cit., p. 313. *Apud* IASI, 2012, p.418

distinguiria verdadeiramente das tendências taxadas como vanguardistas? Importante frisar que desde o início do PT, diversos agrupamentos “revolucionários” “externos” estiveram comprometidos em sua construção:

[...] desde o início, tomaram parte na iniciativa grupos revolucionários trotskistas, entre os quais, e principalmente, a convergência socialista, além de grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar: Ala vermelha do Partido Comunista do Brasil/Ala-PC do B, Ação libertadora Nacional/ALN, Ação Popular Marxista- Leninista/AP-ML, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR, Movimento de Emancipação do Proletariado/MEP, todos ingressariam nas articulações que deram origem ao PT. (REIS, 2007, p. 2)

Acontece que a simples identificação do inimigo central não dilui outras contradições. Identificar a burguesia como inimiga central é o ponto consensual entre os grupos, porém, o elemento distintivo maior aparece ao longo do texto, ao apresentar uma caracterização que vincula coerentemente “as afirmações estratégicas agora desenvolvidas à base das formulações anteriores sobre a caracterização do desenvolvimento capitalista no Brasil e sua estrutura de classes.” (IASI, 2012, p. 419) Na resolução se observa que:

O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes sociais existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista. (*Ibid*,p.420)

É importante frisar que inicialmente ou anteriormente em outras resoluções (IASI, 2012), na caracterização desses setores, não existia a categoria microempresários, os mesmos eram identificados como pequenos proprietários que faziam parte das “classes trabalhadoras”, ou seja, trabalhadores que apesar de não venderem sua força de trabalho diretamente no mercado, viveriam de seu próprio trabalho. Agora, tentando expressar a “mesma coisa” surge na nova resolução a categoria de microempresários.

Existe uma sensível diferença entre ser um pequeno proprietário e sobreviver com seu próprio trabalho e ser um microempresário, apesar de que na imprecisão do senso comum se confundam. A diferença principal é que o segundo exerce uma mediação social de assalariamento e exploração da força de trabalho alheia. *As alterações políticas assim como determinadas enfermidades surgem aos poucos.* (IASI, 2012) Tomada de forma isolada e secundária, esta imprecisão não significaria ainda uma alteração radical no arco de alianças do partido; não existe até então aliança com a burguesia, aqui se trata apenas da pequena burguesia. Pode-se contestar a

pertinência ou não dessa aliança tática, mas até então, essas frações de classes eram classificadas como “das classes trabalhadoras”, ou seja, alianças táticas seriam pertinentes no mesmo bloco social. “Apenas registremos que o fato de que entrou neste famoso “bloco” um setor que não pertence à classe trabalhadora, por mais generosos que possamos ser com o conceito de classe ampliado”. (IASI, 2012, p. 420)

Até então as resoluções anteriores deixavam claro que o princípio da independência e autonomia de classe se sustentava na premissa de que não haveria alianças programáticas com a burguesia, mas observamos que neste momento em diante este princípio poderia ser flexibilizado de acordo com a dinâmica própria da luta e da correlação de forças, ou seja, alianças pontuais ou táticas poderiam ser produzidas com setores pequeno burgueses, como deixa evidente a resolução:

Por outro lado, ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a se oporem a que aproveitem as contradições momentâneas entre os diferentes setores da burguesia. Colocam-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. (*Ibid*, p.421)

O movimento real da história que servia de chão para esta batalha interna no PT - seria a campanha pelas *diretas já*; setores abertamente da pequena burguesia se misturavam ao movimento que sufocava e isolava a ditadura. “Os palanques eram um bom exemplo, pois conviviam lado a lado figuras como Lula, Brizola, Ulisses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Mário Covas, e até mesmo o vice do general Figueiredo, o senhor Aurelino Chaves. (IASI, 2012, p.421)

Existe aqui um desconforto e certa confusão em analisar um contexto onde certas forças sociais de campos opostos caminham juntas num mesmo sentido, quando os interesses momentaneamente são iguais, situação essa muito distinta com uma suposta aliança programática com a burguesia. Como não pretendemos cair num “*purismo*”, poderíamos atribuir esta movimentação como alianças táticas; justamente estas que certos grupos do PT se opunham, ocasionando a reação violenta da tendência majoritária. (IASI, 2012)

Como nos encontros anteriores, no 5º Encontro Nacional também se discute os contornos de uma suposta aliança de classes ou frações de classes na construção da sociedade socialista ainda a ser edificada. As indagações são parecidas quanto da pertinência de alianças táticas com a pequena burguesia. Supostamente, levando em conta o desenvolvimento local do capitalismo, existiria um conjunto de setores que seriam passíveis de sua imediata transformação em empresas socializadas, tais como; “grandes corporações, monopólios capitalistas, industriais, ou agrários, de comércio ou de serviços, assim como monopólios bancários. [...] (IASI, 2012, p. 422)

Paralelamente, em função do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, segundo a resolução, existiria uma imensidão de setores, que apesar de estarem vinculados à lógica do capital, seriam marginalizados. Supostamente seriam “milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços, e autônomos” (*Ibid*,p.422) que teriam “um papel econômico de grande importância” (*Ibid*) no atual sistema econômico brasileiro, “papel que deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil”. (*Ibid*)

É defendido que a única possibilidade seria “permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala” (*Ibid*), levando em conta que este desenvolvimento supostamente seria positivo para o desenvolvimento socialista de inúmeras formas, por exemplo, “como desenvolvendo as forças produtivas, evitando escassez de bens e serviços, incorporando ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa. [...]” (IASI, 2012, p.422) Tudo isso, levando em consideração que este desenvolvimento aconteceria “sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho”.(*Ibid*) A resolução afirma, portanto:

Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo. (*Ibid*,p.422)

A permanência de certas alianças entre classes sociais diferentes - sugere que mesmo na edificação da sociedade socialista, determinadas frações ou classes sociais resistiriam ao processo de “radical mudança política”, onde a classe trabalhadora se consolidaria como “classe hegemônica e dominante” no poder do Estado. A resolução afirma (corretamente) que não existiria a possibilidade num primeiro momento de erradicar todos os antagonismos existentes entre as classes sociais. A relação entre classe sociais distintas no processo de construção socialista, refere-se diretamente ao objetivo “democrático” do socialismo até então defendido.

No item da resolução do 5º Encontro Nacional que se refere às alianças táticas do partido, ressalta-se mais uma importante caracterização do partido no entendimento sobre o seu projeto democrático e popular. De maneira mais límpida do que nos encontros anteriores, é salientado que o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil – experimentou uma forte e rápida aceleração nas últimas décadas. Cujo resultado, foi a edificação de um complexo e imponente parque industrial e de uma rede de serviços, criando também as bases para que as relações mercantis e financeiras adentrassem nas áreas rurais. Porém, é colocada uma confusa ressalva:

Esse crescimento, contudo, deu-se por meio da implantação da dependência, do país, em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos importantes. Além disso, acentuou algumas desigualdades históricas do país, tendo concentrado grande parte de seu parque industrial e o seu setor mais dinâmico nas regiões Sul e Centro-sul [...] a centralização da produção capitalista, aliás, não se realizou de maneira plena, nem mesmo nas regiões mais desenvolvidas, onde sobrevive um grande número de pequenas empresas voltadas para a produção de serviços e bens industriais [...] Isto vale, igualmente, para o campo no qual o latifúndio capitalista e a agroindústria convivem com milhões de pequenos produtores rurais. (*Ibid*,p.426)

Além do caráter desigual do capitalismo brasileiro ser justificado por fatores como a dependência ao capitalismo internacional, a superexploração da força de trabalho e da prevalência do capital monopolista e financeiro, cuja definição nós dialogamos favoráveis, o que nos chama atenção e causa estranheza nessas definições, que, diga-se de passagem, já foram colocadas em encontros anteriores, (IASI, 2012) são outras duas importantes caracterizações acerca do desenvolvimento econômico e social nacional.

Em primeiro lugar, importante levar em consideração que o desenvolvimento capitalista brasileiro teve uma importante expansão não a despeito ou *apesar* dessas características, mas justamente por *causa* delas. De forma idêntica, o capitalismo local não deixou para trás, ou ainda não resolveu problemas de desigualdades regionais ou da prevalência do latifúndio. O que de fato se verifica na história, é que o desenvolvimento capitalista brasileiro não precisou resolver esses problemas para atingir sua maturidade plena em perfeita consonância com as determinações da nossa formação social. O que fica evidente no texto seria supostamente um processo de desenvolvimento capitalista ainda inacabado ou em vias de conclusão. Uma das razões para isso seria, segundo a resolução, que:

Ao contrário de outros países, entre nós o capitalismo tem se desenvolvido respeitando o monopólio da propriedade da terra, recorrendo constantemente à força repressiva do Estado para mediar as relações entre o trabalho e o capital e integrando-se de modo subordinado ao mercado e ao sistema financeiro do imperialismo. A incapacidade de o capitalismo incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade de a burguesia exercer sua hegemonia política na sociedade, o que está na raiz das frequentes intervenções militares na vida do país. (*Ibid*,p.427)

Sintetizando a questão, a chave do problema seria que, supostamente, apesar de um forte desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro nos últimos anos, localmente ainda estaria respeitado o monopólio da propriedade da terra, o latifúndio, do mesmo modo, se subordinando ao sistema financeiro e ao imperialismo. Justificando assim a força repressiva do Estado para conciliar a relação entre capital e trabalho. O que supostamente resultaria desse

processo, seria a impossibilidade do capitalismo em “incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento”, impedindo por consequência que a burguesia hegemonesse por completo a sociedade.

Esses argumentos têm que ser bem refletidos por serem pontos centrais onde podemos entender que hipoteticamente “algo” (IASI, 2012) estaria travando o desenvolvimento capitalista brasileiro e inviabilizando a completa ou real hegemonia da burguesia enquanto classe social. Agora temos os pressupostos para entender o porquê da alternativa estratégica do PT se chamar “democrática e popular”, levando em consideração que todo o objetivo estratégico apontado se define como socialista.

Numa ponta da análise, supostamente estaria o fato “desigual” do modo de produção capitalista brasileiro em restituir diversos setores de pequenos proprietários urbanos e rurais; não eliminando o velho latifúndio e não completando a mercantilização do campo; além de não alcançar um nível mais desenvolvido das forças produtivas e financeiras na divisão internacional do trabalho - que fosse suficiente para lhe retirar de sua inserção subalternizada na ordem imperialista internacional. Com isso, mantendo o caráter repressivo do Estado e não completando a hegemonia moderna da burguesia. Na outra ponta, a necessidade do “acúmulo de forças” para atrair e inserir-se nos setores médios dos assalariados e pequenos proprietários, na qual não “estaria colocado na ordem do dia” a luta pela tomada do “poder” pela classe trabalhadora, tampouco a luta pelo socialismo.

Portanto, na ordem do dia, estaria disposto um conjunto de medidas que visariam superar os entraves que impediriam o desenvolvimento e que dessem conta exatamente destas tarefas: superar as desigualdades regionais, incluir milhões nos frutos do desenvolvimento, superar o caráter coercitivo do Estado por um Estado “moderno” democrático, buscar uma inserção não subordinada na ordem econômica internacional, romper o círculo perverso do endividamento financeiro e a subjugação aos ditames do FMI, Fazer uma reforma agrária. Para se contrapor à hegemonia burguesa- que, segundo as formulações, tinha dificuldade de se efetivar -, e realizar estas tarefas seria necessária uma “aliança de classes dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo”. (IASI, 2012, p.428)

O ponto *nevrálgico da estratégia democrático e popular* seria então, apresentar-se como contraponto alternativo à incapacidade da burguesia de entregar para toda sociedade um projeto societário civilizatório; - sociedade aqui compreendida enquanto o conjunto dos setores que compartilhariam a situação de serem exploradas pelo capital monopolista. A alternativa estratégica *democrática popular* seria então um programa viável para dar unidade nestes setores, ou seja, “contrapor à impossível hegemonia burguesa uma hegemonia popular”. (IASI, 2012, p. 429)

Chama-nos atenção duas questões acerca dessas formulações, a primeira o fato desta formulação ter a pretensão de ser unificadora do partido (IASI, 2012), deixando clara a posição favorável das tendências majoritárias em relação aos segmentos minoritários, entendidos ou acusados de serem representantes dos setores da esquerda brasileira filiada às tradições vanguardistas ou reformistas. Em segundo lugar, salta os olhos à aproximação desta estratégia com outra força social na qual o PT disputa politicamente enquanto expressão de organização e luta da classe trabalhadora: O Partido Comunistas Brasileiro¹⁵ (PCB) e sua estratégia de revolução democrática nacional.

A partir disso se torna importante demarcar a diferença estratégica petista em relação ao seu “concorrente”, que teve papel central nas lutas operárias nas décadas anteriores, principalmente nos anos de 1950 e 1960 até golpe civil-militar de 1964. Algumas análises são semelhantes entre ambos, (IASI, 2012) ao menos aproximadamente: uma etapa do desenvolvimento capitalista ainda incompleto, causada pela subalternização ao imperialismo, a anacrônica permanência do latifúndio e a impossibilidade de uma “revolução democrática” exercida apenas pelas forças da burguesia por uma série de limitações no seu projeto nacional. No entanto, as resoluções do PT no 5º Encontro Nacional vão tentar distinguir nitidamente uma estratégia da outra:

[...] O PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB, defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes, - burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo. (*Ibid*,p.429)

Nesse sentido, poderíamos argumentar que o ponto essencial de suas diferenças não teria como ser a “questão do socialismo”, (IASI, 2012,), pois todo e qualquer militante histórico do *partidão* poderia alegar com justeza que os conjuntos dos documentos de seu partido ao longo da história tratavam da questão do socialismo até com mais clareza que o PT. A diferença de proposta seria essencialmente em torno da questão da aliança estratégica com a burguesia, pois de fato os comunistas do PCB defenderam ao longo de sua história uma aliança com a “burguesia nacional”. O PT a essa altura defenderia a construção de um “governo dos trabalhadores” ou do “ponto de vista da classe trabalhadora” com seus aliados táticos, (a pequena burguesia, os setores médios do campo e da cidade) na qual implementaria um “programa democrático, anti-imperialista e popular”. Para evidenciar essa questão, as resoluções do 5º Encontro Nacional afirmavam:

¹⁵ Como o nosso objeto não é as polêmicas em torno da história do PCB e sua leitura da realidade social brasileira, nesse momento não cabem maiores aprofundamentos neste estudo. Indicamos os trabalhos de Werneck Sodré como referência para compreensão da estratégia da *revolução democrática nacional* defendida pelo partido.

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário, e antimonopolista – tarefas não efetivadas pela burguesia - ,tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitantemente de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfraquecimento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática popular. (*Ibid*, p.430)

Ou seja, as bases de uma ruptura revolucionária assumiriam necessariamente “as tarefas que não foram concluídas pela classe burguesa”, tais como medidas, “anti-imperialistas, antilatifundiárias e antimonopolistas.” Por isso, um programa denominado “democrático”, assentado nas alianças com a pequena burguesia para “concluir” as demandas históricas que a “burguesia não efetivou” e não necessitaria mais de sua efetivação para lograr o desenvolvimento do seu modo específico de produção, o capitalismo.

O pano de fundo de toda esta engenharia é, ainda, uma certa visão de que estamos diante de uma revolução “dentro da ordem” que só se completa “contra e fora da ordem”. Não seria a reedição da Estratégia Democrática Nacional do PCB dos anos 1950 e 1960 porque não se trataria de uma aliança com a burguesia nacional para desenvolver o capitalismo, mas para realizar as “tarefas em atraso”, abandonadas pela burguesia, já no contexto de um governo hegemônico pelos trabalhadores que iniciaria uma transição para o socialismo. (IASI, 2012, p. 431)

Já que as forças sociais que compõem a base da construção desse projeto são protagonizadas pela classe trabalhadora e por um conjunto de frações de classes que se enfrentam com o capitalismo, não incluindo a grande burguesia nacional nessa aliança, “o caráter das transformações propostas é “popular”, e não “nacional”. (IASI, 2012, p.431). A perspectiva de executar paralelamente “medidas socialistas” em setores determinantes, “cristalizaria” que não estaríamos vivenciando uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, mas sim, a construção imediata do socialismo.

Indiscutivelmente, ao analisarmos em retrospectiva histórica essa estratégia ou a via “original” do socialismo petista, constatamos que as elaborações do PT não conseguiram de fato transitar da fronteira entre o “reformismo” ou “etapismo” – ambas as estratégias criticadas pelo partido – para a real luta pela construção do socialismo. Criticaram e desmontaram a estratégia do PCB para mais tarde reproduzi-la de forma rebaixada e puramente caricatural e esdrúxula. Para que o PT reencenasse tacitamente a perspectiva estratégica do PCB lhe faltaria assumir a defesa do caráter nacional e legitimar alianças com a grande burguesia. Como a história demonstrará -

nenhum desses condicionantes lhe faltará ao longo de sua trajetória nos anos subsequentes. Segundo Aarão Reis (2007)

A contribuição, e o peso decisivo, dos movimentos operários de fins dos anos 70 e de suas lideranças, então emergentes, são indiscutíveis. Certo, em retrospecto, os juízos e as expectativas que então se formularam talvez possam ser considerados exagerados. As transformações radicais que muitos intelectuais e militantes revolucionários presumiam como inevitáveis acabaram não acontecendo. Da mesma forma, com o passar dos anos, o chamado, *novo sindicalismo* (ou sindicalismo autêntico) parecia, cada vez mais, enraizado em *velhas* tradições, não fosse ele próprio produto de uma cultura política forjada no interior de estruturas sindicais corporativas engendradas nos anos 1940 (Reis, 2007, p. 1)

Um autor e militante comunista brasileiro fundamental na trajetória de colaboração e adensamento teórico da estratégia petista de construção do socialismo, sem dúvidas é o professor Carlos Nelson Coutinho. Militante comunista que pertenceu às fileiras petistas até o início do primeiro Governo Lula, colaborou diretamente no curso teórico do PT no que se refere à visão do partido acerca da sociedade brasileira e da construção da democracia e do socialismo.

Nesse sentido, sua obra, lançada nos anos 2000, denominada, *Contra a corrente: Ensaios sobre democracia e socialismo*, tem como finalidade fazer uma revisão crítica do seu texto clássico, *A democracia como valor universal*, publicado em 1979, onde o professor contrapõe as possíveis “más interpretações” da obra clássica e qualifica suas teses, principalmente aquelas que tratam sobre os processos vinculados a democracia ou “democratização” e socialismo.

Com esses pequenos apontamentos, iremos a partir de trechos da obra, especificamente no item do livro chamado, *Por um reformismo revolucionário*, elencar as contribuições que o professor traz sobre os caminhos contemporâneos da construção do socialismo, com o objetivo de relacioná-las diretamente à estratégia democrática popular construída pelo PT. Inicialmente o professor expõe sua visão acerca da socialização da política a partir do desenvolvimento do Estado capitalista, vinculada a sua compreensão de Estado ampliado:

O processo de democratização que decorre da socialização da política alterou, como vimos, a natureza do Estado capitalista. Decerto, a tentativa de esvaziar os parlamentos por meio da crescente burocratização dos aparelhos de Estado, aliada à corporativização dos sujeitos coletivos, obstaculiza a plena realização do controle democrático (ou social) do poder, fazendo com que esse último permaneça subordinado, em última instância, à dominação burguesa. O fato, porém, é que o Estado capitalista se “ampliou”: ele não é mais um simples “comitê executivo da burguesia”, [...] já que foi obrigado a se abrir para demandas provenientes de outras classes e camadas sociais; com isso ele se tornou a expressão, como diria Poulantzas, da “correlação de forças” existente na sociedade, ainda que sob hegemonia de uma classe ou fração de classe. “Concessões” passaram a ser um dos elementos essenciais do modo de obter legitimação por parte do Estado capitalista contemporâneo. (COUTINHO, 2000, p.38)

Interpretamos da seguinte maneira essas afirmações; o processo de ampliação dos direitos sociais, políticos e civis obtidos pela classe trabalhadora em luta, ainda nos marcos capitalistas, segundo Coutinho, teriam mudado a “natureza” do Estado burguês. Os mecanismos de burocratização dos aparelhos do Estado, “aliada à corporativização dos sujeitos coletivos” seriam responsáveis pela não plenitude do “controle social ou democrático” do poder, ou seja, “fazendo com que esse último permaneça” subordinado aos interesses da classe burguesa. Porém, como o Estado burguês teria se ampliado diante das pressões e demandas da classe trabalhadora, ele seria atualmente um campo aberto da “correlação de forças existente na sociedade”, apesar de “hegemonizado” por “uma classe ou fração” de classe. Sobre essas hipóteses, “concessões” e ampliações de direitos, dependendo da “correlação de forças” seriam a tônica do modo de produção capitalista atualmente.

Essa alteração na natureza do Estado capitalista determinou uma mudança substantiva na estratégia do movimento operário e socialista. Nas formações sociais onde não ocorreu uma significativa socialização da política -, onde, portanto não existe uma “sociedade civil” pluralista e desenvolvida -, a luta de classes se trava predominantemente em torno da conquista do Estado-coerção, mediante um “assalto revolucionário”; é o que ocorre nas sociedades que Gramsci chamou de “orientais”. Já nas sociedades “ocidentais”, onde o Estado se “ampliou”, as lutas por transformações radicais travam-se no âmbito da “sociedade civil”, visando à conquista do consenso da maioria da população, mas se orientam, desde o início, no sentido, de influir e de obter espaços no seio dos próprios aparelhos do Estado, já que esses são agora permeáveis à ação das forças em conflito. (COUTINHO, 2000, p. 39)

Ou seja, essas alterações da natureza do Estado capitalista teriam “determinado” que no conjunto das sociedades burguesas ainda não “desenvolvidas”, “orientais”, à luta de classes ao longo da história seria travada na perspectiva do “assalto aos céus”, ou diretamente pela tomada a força do poder. Já nas sociedades onde exista uma “sociedade civil¹⁶ ativa”, “ocidentais”, com “Estado ampliado”, a luta de classes se travaria essencialmente no seio da “sociedade civil”, “visando à conquista do consenso da maioria da população”, orientando-se desde o início, na intencionalidade de influir e obter novos espaços no interior da máquina do Estado, supondo sua permeabilidade frente à luta pela “hegemonia” e da “correlação e de forças” estabelecida.

[...] no segundo o centro da luta está na “guerra de posições”, na conquista paulatina de espaços no interior da “sociedade civil”, e por meio e a partir dela, no próprio seio do Estado. Obrigada a negociar para obter legitimidade o Estado

¹⁶ “compreende as ONG, organizações comunitárias, associações de moradores, organizações religiosas, partidos políticos, sindicatos, associações profissionais, corporações privadas sem finalidades lucrativas, organizações societárias (membros, sócios), e todas as formas de organizações e instituições privadas, como fundações, escolas, universidades, centros de pesquisas e a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa etc.). [...] Segundo Gramsci, é a Sociedade Civil, em sua “guerra de posição” nos estados democráticos modernos, que irá levar esses países à conquista do socialismo.” (PEQUENO DICIONÁRIO GRAMSCISTA, 2012, p. 9) Disponível Em: http://www.hlage.com.br/E-Books-Livros-PPS/Comunismo-Nazismo-Etc/PEQUENO_DICIONARIO_GRAMSCISTA.pdf

capitalista “ampliado” – a depender da correlação de forças existentes na “sociedade civil” – pode atender a importantes reivindicações das massas trabalhadoras organizadas. O avanço da democratização política é, ao mesmo tempo, condição e resultado de um processo de transformações também nas esferas econômica e social. (COUTINHO, 2000, p. 39)

Nessa análise, se supõe que a luta de classes travada nos Estados burgueses com a “sociedade civil” mais dinâmica, teria como centro da luta a “longa disputa”, a “guerra de posições” pela hegemonia no seio da sociedade, e através dela influenciando também no próprio Estado. Dependendo da correlação forças favoráveis, um conjunto de conquistas seria possível de ser obtidas pelos trabalhadores. Sendo que a “democratização da política” seria vinculada diretamente aos processos de “transformações e democratização” das esferas da economia.

Após expor o significado das mudanças na dinâmica atual do capitalismo e dos Estados, o professor irá mediar sua interpretação acerca dos caminhos atuais de como se chegar ao socialismo, dos meios “coerentes” de interferir na luta de classes, levando em consideração todas essas profundas mudanças, determinadas pela “ampliação do Estado”, da dinamização da “sociedade civil” e do atual estágio da acumulação capitalista. Com esses argumentos, Coutinho irá defender uma via não “oriental” ou, seja, não “violenta” ou diretamente “revolucionária” na finalidade da conquista do poder pela classe trabalhadora. O professor irá considerar que atualmente, seria demasiadamente anacrônica a estratégia revolucionária proposta pelo Manifesto Comunista, de 1848 (COUTINHO, 2000), levando em conta todas as alterações já expostas anteriormente; a partir dessas reflexões Coutinho traz as seguintes argumentações:

[...] o fato é que essa situação se alterou radicalmente na segunda metade do século XX. A luta de classes, nos países capitalistas mais desenvolvidos, deixou de se manifestar como uma “guerra” civil mais ou menos oculta” e passou a assumir a forma de uma longa e progressiva batalha – na qual os trabalhadores foram muitas vezes vitoriosos – pela conquista de direitos políticos e sociais. A base econômica dessa mudança foi dada pelo aumento crescente da produtividade do trabalho (resultando, em grande parte, das lutas operárias por melhores salários), o que levou a que a exploração do trabalho passasse a ser feita, sobretudo, pela extração da mais valia relativa; isto permite um aumento simultâneo de lucros e salários e, por conseguinte, abre espaço para negociações e “concessões”. O processo de democratização a que antes aludimos é um dos resultados que essa nova forma da luta de classes produziu no plano político-institucional. (COUTINHO, 2012, p. 41-42)

Seguindo a linha de raciocínio do professor, alterada a dinâmica da acumulação capitalista e do Estado, os conflitos experienciados na luta de classes transportam-se da luta “franca e aberta” ou de uma “guerra civil mais ou menos oculta”, passando agora para a batalha “longa e progressiva” no seio da “sociedade civil”, justificada pelo conjunto de conquistas sociais e políticas que a classe trabalhadora obteve ainda nos marcos do capitalismo. Portanto, o processo de “democratização” seria fruto dessas “novas configurações” da luta de classes, agora encenada no “plano político-

institucional”. Por conseguinte, Coutinho (2000) defenderá um sistema de reformas estruturais, ou reformas de novo tipo, *um reformismo revolucionário* como caminho contemporâneo de superação do capitalismo e da construção do socialismo:

Se a existência do limite mínimo dificulta o completo desmonte do welfare State proposto nos programas neoliberais da nova direita, a existência de um limite máximo torna cada vez mais problemática a tentativa de aprofundar as reformas no quadro do capitalismo. Renunciar às reformas e adotar paradigmas neoliberais tem sido, infelizmente, a alternativa da maioria dos partidos social-democratas, sobretudo dos que estão hoje no governo. Uma alternativa, porém, seria precisamente a radicalização da política de reformas: o objetivo deveria ser a obtenção do consenso político necessário para reformas de novo tipo, efetivamente estruturais, que tenham como objetivo a progressiva construção de uma nova lógica de acumulação e de investimento, não mais centrada na busca do lucro e na satisfação do consumo puramente privado, mas no crescimento do bem-estar social e dos consumos coletivos. Isso demanda modificações no estatuto da propriedade, que levam a um efetivo controle público (não necessariamente estatal) dos setores-chave da economia; não se trata de eliminar o caráter misto da propriedade (expressão do pluralismo no mundo econômico), mas sim de fazer com que o setor público – com controle público se torne o setor hegemônico, o que implica conceber também a propriedade como um direito social. (COUTINHO, 2000, p. 45-46)

Salta aos olhos, a identidade quase plena dessa concepção de “transição socialista” refletida e exposta por Coutinho (2000) com aquelas produzidas e incorporadas pelo PT. Segundo o professor, portanto, a estratégia contemporânea da classe trabalhadora seria a “radicalização da política de reformas” estruturais no Estado, cuja finalidade seria “uma nova lógica de acumulação e de investimento”, não mais centrada na lógica do lucro e dos interesses de consumo individuais, mas sim, no “crescimento do bem-estar social e dos consumos coletivos.” Isso implicaria numa maior participação do setor público nos “setores chaves da economia”, com o intuito de torná-lo “hegemônico”, modificando como consequência, o estatuto da propriedade privada, que transitaria até se configurar com um direito social.

Portanto, ao contrário do que supunha Bernestein, não se trata de abandonar o “objetivo final” quando se opta por uma política centrada nas reformas: é o “objetivo final” – ou, mais precisamente, o projeto de uma nova sociedade – que dará a pauta para a hierarquização das reformas, para a definição dos atores (e das alianças) que podem executá-las, para constante avaliação do seu êxito e do seu fracasso. *Um reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o capitalismo é um reformismo revolucionário* (itálico do original). Nas sociedades onde o Estado se “ampliou” – e como vimos, as resoluções do V Encontro do PT reconhecem que isso já ocorre no caso brasileiro –, esse reformismo radical é o novo nome da revolução. (COUTINHO, 2000, p. 48)

A estratégia *democrática popular* (PT) ou *reformismo revolucionário*, (COUTINHO 2000), tentaram ser uma nova receita de transição socialista, *mas em nossa opinião*, utilizando os mesmos e velhos utensílios; arvora-se como uma síntese pretensamente “original” que conjugaria as lutas

democráticas, direcionando-as à superação do capitalismo e a conquista estratégica do socialismo. Mas acaba num lento e gradual processo, por subordinar, nas suas teses e na sua prática política a finalidade socialista à tática reformista, à classe trabalhadora “ao povo”, as reformas de base por “políticas públicas” e o socialismo e a emancipação humana pela “democracia” e “participação cidadã” nos governos burgueses do qual o PT encabeçou. Do nosso ponto de vista, as contribuições de Coutinho a esquerda brasileira, acerca de como se chegar ao socialismo, considerando todo extenso e valoroso trabalho de anos, esbarrariam logo cedo nos limites objetivos da aplicação dessas teses naquele que incorporaria com maior vigor uma concepção não “clássica” de romper com a ordem burguesa, o próprio PT.

2.2. – Da inflexão moderada da estratégia democrática popular à carta aos brasileiros: a implosão de um projeto socialista da classe trabalhadora.

Do ponto de vista histórico, ao analisarmos os desdobramentos e as tomadas de decisões do partido ao longo dos anos 1990 até a chegada ao Governo Federal em 2002, dando início assim ao período em que o PT esteve à frente do executivo, ficará evidente o distanciamento do planejado/afirmado inicialmente pelo partido ao que de fato se verificou e se consolidou.

Pelos limites próprios deste trabalho, apenas sinalizaremos determinadas circunstâncias históricas específicas que aceleraram a já perceptível tendência à flexibilização ou abandono da estratégia democrático popular e que darão as bases para os Governos de conciliação de classe encabeçados pelo PT a partir de 2002.

A primeira circunstância histórica sem dúvidas será a acirrada disputa das eleições presidenciais de 1989, onde o PT, que nessa altura ainda não se imaginava protagonizando um segundo turno presidencial, de fato o disputou e com reais condições de vencê-lo. O Impacto da “aceleração” do “lento e gradual acúmulo de forças” trouxe mudanças significativas na trajetória do PT. Tanto mudanças no plano tático do partido, vinculado agora a um projeto de plano de governo futuro, quanto àquelas provocadas pelo dissabor da derrota no segundo turno para Fernando de Melo Collor.

As eleições, marcadas por manifestações e comícios grandiosos, debates entre os candidatos nas televisões, mobilizaram amplamente a sociedade. O PT, lançou, naturalmente, seu líder de maior expressão, Lula, como candidato à presidência. Era uma espécie de *anti-candidatura*, mais para *marcar* posições do que para disputar efetivamente o posto máximo da República. De fato, as propostas tinham um caráter *reformista-revolucionário*, ancoradas nas tradições nacional-estatistas mais radicais das esquerdas brasileiras. Previa-se a anulação da dívida externa, uma reforma agrária radical, o questionamento profundo das bases do modelo econômico imposto pela ditadura, entre outras referências. Naquelas condições,

difícilmente se poderia supor que amplas maiorias estivessem dispostas a sustentar a realização de um programa tão radical, nem era presumível que as circunstâncias internacionais e nacionais pudessem permitir tais aventuras. [...] Assim, a campanha serviria mais para *acumular forças*, divulgar o programa, provocar discussões, construir uma corrente de opinião de esquerda, além, é claro, de popularizar as lideranças do PT, Lula em especial, e o próprio partido. (REIS, 2007, p. 10-11)

As resoluções do 6º Encontro Nacional do PT (1989) vão dar conta de elaborar a partir dessas circunstâncias um plano de governo que dialogasse com todas as posições e reflexões partidárias elaboradas nos anos anteriores. No texto o PT demonstra grande otimismo pela possibilidade de chegar ao Governo Federal já em 1989 e traçará quais seriam as diretrizes de um Governo democrático e popular:

Embora não exista uma crise de tipo revolucionária, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a presidência da república, inaugurando um novo período no qual, com a posse do Governo – portanto, parte importante do poder do Estado –, a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar. Estará colocada para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialista.¹⁷

Como fica evidente nesse trecho da resolução, a chegada ao Governo Federal teria um caráter de continuação da perspectiva do “acúmulo de forças” e da disputa pela “hegemonia”, agora colocadas num patamar mais elevado da luta de classes. Ou seja, as decisões de Governo democrático e popular produziram “as condições políticas e sociais para transformações socialistas no país.” (*Ibid*,p.447)

Visto como uma espécie de “poder alternativo”, o governo democrático-popular deveria dirigir a sociedade, ampliando as esferas de participação política, colocando o desafio de “romper com todas as formas de dominação”. As medidas tomadas neste governo, além das reformas fundamentais que seriam anunciadas, deveriam incidir na organização dos movimentos sociais e na “elaboração do nível de consciência dos trabalhadores”, impulsionando formas de auto-organização dos trabalhadores que preparariam as “condições políticas” e acumulariam “para a revolução socialista”. Por tudo isso é que, segundo a concepção expressa nas resoluções: “(...) o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo. (IASI, 2012, p. 447)

Ao contrário do que se poderia imaginar, a moderação da estratégia democrática e popular, não se inicia após a derrota eleitoral em 1989, ela se acentuará evidentemente, combinada com outras circunstâncias históricas, mas, segundo (IASI, 2012), já no plano de Governo de Lula em 1989 se percebe uma clara e evidente “adequação” de suas diretrizes, onde a perspectiva e meta socialista “se escondem” para tornar-se mais “atraente” e democrática aos setores “médios” e

¹⁷ Resoluções do 6º Encontro Nacional (1989) *Apud* IASI, 2012, p. 447

menos “radical” aos olhos da burguesia nacional. Importante lembrar que num dos debates televisionados¹⁸ do segundo turno entre Lula e Collor, quando o candidato Collor afirma que o PT é um partido com teses Marxistas, Lula nega veementemente.

Na ação de massas e na perspectiva eleitoral, o partido foi às ruas ganhar as eleições com resumos de 13 pontos que traduziam de forma bem mais moderada as diretrizes apontadas no encontro partidário. [...] alguns aspectos podem revelar isso; por exemplo, em 1979, o PT propunha a “nacionalização e estatização de todas empresas estrangeiras”, assim como a “estatização de grandes empresas e bancos”; agora, nas diretrizes do PAG, [programa de ação de Governo]a coisa muda um pouco. Afirma-se que “a presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas deve-se subordinar às prioridades da política econômica”, do mesmo modo, que a intenção de estatizar o sistema financeiro aparece agora como a tentativa de utilizar o “setor bancário estatal para forçar o sistema privado a se adaptar às orientações propostas, utilizando ativamente variadas opções de aplicação de recursos e de créditos”.[...] Quanto à propriedade dos meios de produção, temos que nos contentar com a afirmação de que “a propriedade privada dos meios de produção e distribuição [se subordinará] aos objetivos sociais da atividade econômica, seja lá, o que isto queira dizer. (IASI, 2012, p. 451-452)

Dois fatos conjunturais de importância histórica maior vão ser decisivos nos caminhos do PT a partir dos anos 1990: o primeiro acontecimento já explicitado serão as consequências da derrota eleitoral de Lula e do PT para Collor; o segundo grande acontecimento será o desmonte da URSS, conjuntamente com o avanço das teses do Neoliberalismo no mundo. Esse gigantesco acontecimento histórico incidiu diretamente no PT e obviamente em todo o conjunto de organizações políticas e de intelectuais no mundo que se inspiravam na revolução de 1917 e na luta comunista. De acordo com (REIS, 2007) os “ânimos” dos anos 1990 eram outros e grandes acontecimentos no mundo se imbricavam numa conjuntura intensa e complexa:

O neo-liberalismo, em escala internacional, ganhava força e intensidade. Nos EUA, R. Reagan, e suas políticas agressivas, substituía Carter. Em aliança com M. Thatcher, retomava uma postura de ofensiva política, diplomática, militar. Na América Latina, o cerco à revolução sandinista exprimia uma reação dura às alternativas radicais. Elas teriam que se desdobrar para garantir espaços no futuro imediato. Do outro lado do mundo, a URSS, afundada desde 1979 na guerra sem saída do Afeganistão, dava sinais de esgotamento. A ascensão de M. Gorbachev, no início, em 1985, se parecera um *novo começo*, um atestado de vitalidade, cedo se revelaria uma transição para o caos, uma deriva sem fim, colocando em questão os fundamentos considerados mais sólidos da alternativa socialista soviética, padrão geral do socialismo do século XX. Na Europa Ocidental, partidos e governos social-democratas pareciam impotentes diante da crítica e das pressões neo-liberais, abandonando ou revendo para baixo os princípios e as políticas do Estado do Bem-Estar Social. Fora o exemplo, deste ponto de vista, a reviravolta do líder socialista francês, F. Mitterand, cuja eleição suscita tanto entusiasmos nos inícios dos anos 80. (REIS, 2007, p.9)

¹⁸ Debate disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MZ8B76JE-zI>

O primeiro acontecimento referido, a derrota de Lula para Collor - tem efeito mais instantâneo e localizado internamente. Em consequência dessa derrota, abrem-se reflexões e pressões internas dentro do partido no sentido de questionar os limites apresentados durante as eleições, onde seria questionada a suposta impossibilidade de se romper com tais empecilhos eleitorais com um conjunto de propostas “radicais” e com um leque de alianças entendidas por alguns setores como restritas, construída apenas entre os trabalhadores e a pequena burguesia. O segundo evento colocará o partido numa posição recuada enquanto sua afirmação estratégica socialista. (IASI, 2012).

O 7º Encontro Nacional do PT, ocorrido em (1990), será marcado por ter sido um encontro onde se buscou muito mais tratar das feridas abertas pelos impactos dessa conjuntura do que ter sido propositivo de ações futuras, como foram os encontros anteriores. (IASI, 2012). O documento mais emblemático desse encontro será o de título “O socialismo petista”, onde o partido irá se posicionar diante da débâcle da URSS e da crise da perspectiva socialista. A resolução será uma síntese entre a afirmação dos seus princípios socialista e a adequação de sua linha estratégica à nova etapa que se abre. (IASI, 2012).

O PT neste documento, permanecerá fiel a sua veia crítica ao socialismo burocrático. Reafirma a posição que para o partido ou o socialismo estará vinculado indissociavelmente às liberdades democráticas ou não será socialismo O documento continua elencando importantes diferenças entre o seu projeto de socialismo com os aqueles ditos como burocráticos:

A [...] profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder pelo partido único, mesmo onde formalmente vigorava o pluralismo partidário; a simbiose partido/Executivo; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isto nega a essência mesma do socialismo petista.¹⁹

No entanto, segundo (IASI, 2012), o conjunto dos documentos desse encontro manifestará uma sensível, mas notável flexibilização dos fundamentos estratégicos do partido. Importante salientar que estamos analisando uma conjuntura onde o socialismo está sendo questionado, tanto no PT como no resto do mundo. No mesmo período, 1991, em uma palestra proferida²⁰ pelo professor e deputado federal reeleito pelo PT, Florestan Fernandes, em São Paulo, cujo título se denominará, “ato em defesa do Marxismo”, é severamente criticada pelo professor a tendência que

¹⁹ Resoluções do 7º Encontro Nacional (1990) *Apud* IASI, 2012, p. 456

²⁰ Palestra disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=LdnwDxbOkcw&t=213s>

ele visualizava de determinados grupos internos do PT em transformar o marxismo não no fantasma da burguesia, mas sim, no fantasma da própria classe trabalhadora. E assevera, “tem-se dito, o Marxismo está morto, e eu respondo, viva o Marxismo.” Algumas sutis, mas crescentes modificações se fizeram sentir no PT:

O contrapondo ao capitalismo é cada vez mais a “democracia” e não o socialismo. A convicção democrática sempre esteve presente nos documentos e na vida partidária desde a fundação do PT. Porém o centro da meta estratégica era a afirmação socialista, de modo que o aspecto democrático apareceria como que o qualificando. Agora a democracia é o centro e o aspecto socialista aparece para qualificar a democracia que queremos. (IASI, 2012, p. 455)

De uma forma geral, conforme (IASI 2012), o conjunto dos textos do sétimo encontro revelará um PT na defensiva histórica, porém ainda suficiente para a reafirmação do socialismo e do anticapitalismo. É importante salientar também, que pela primeira vez não se poderia falar em um consenso enquanto da estratégia socialista. Já está dada a largada da tendência que se tornaria irreversível nos anos seguintes, onde as diferentes visões sobre o socialismo e como construí-lo se transformariam no debate entre aqueles que seriam favoráveis ou não da permanência da meta socialista.

Já salientamos que algumas circunstâncias históricas incidiriam decisivamente na opção de moderação do programa do PT nos anos 1990; já expomos os efeitos da derrota eleitoral de Lula para Collor, a implosão do bloco socialista soviético e agora indicamos como outro importante fator histórico, o contexto das disputas internas do PT, anteriores a segunda derrota de Lula à Presidência da República em 1994, para Fernando Henrique Cardoso e suas consequências posteriores.

O 8º encontro Nacional do partido demarcará uma clara divergência das concepções em torno da estratégia democrática e popular, nesse sentido, crescia a pressão daqueles que criticavam a “estreiteza” do arco de alianças do PT, que seria acusada de inviabilizar uma real possibilidade de disputa e vitória eleitoral. Cresciam assim, os espaços das tendências, que cada vez mais engolidas pela institucionalidade e pragmatismo defendiam uma aliança eleitoral “ao centro”, notadamente, os setores “progressivos” do PMDB, PSDB, PDT, etc.

Poderíamos estar falando de apenas em mais um período de fortes e plurais debates internos no PT se não fosse o fato que estes debates pela primeira vez também se instalaram de forma crítica no interior da tendência majoritária do partido, intitulada “Articulação”. Uma polarização ali se formou entre aqueles que queriam moderar o programa partidário e aqueles que defendiam a permanência da estratégia democrático popular como estava.

Pelo manifesto “A hora da verdade”, inúmeros militantes da posição majoritária criticavam os rumos do PT e propõem a continuidade do Projeto Democrático e Popular de horizontes socialistas. Esta seria a primeira cisão profunda na corrente majoritária, formando, futuramente, uma nova tendência chamada Articulação de Esquerda. (IASI, 2012, p 495-496)

Com esta ruptura, o percurso para uma modificação na correlação de forças internas se revelará promissor e conduzirá a uma vitória dos setores mais à esquerda no 8º Encontro Nacional, em 1993, consolidando uma nova direção partidária nesse período. O objetivo de conquistar o governo federal é restabelecido, porém recusando-se tanto o programa daqueles que negavam a ocupação dos espaços institucionais, da mesma maneira que negava sua submissão à lógica do capital, restringindo-se apenas a administrar a crise do capitalismo por dentro dos espaços institucionais ocupados. Com estes princípios, afirmam as resoluções:

O PT reafirma, assim, que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo, a partir de uma base popular e de uma maioria eleitoral, são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores, voltado para atender às necessidades concretas do povo e na perspectiva do socialismo.²¹

Como podemos presumir, essa tentativa de resistência da esquerda numa tendência largamente à direita não se sustentaria muito tempo. Após a segunda derrota de Lula na disputa presidencial, agora para FHC, novamente se intensificará, em nosso entendimento dos fatos, de forma irreversível, o caminho da moderação e implosão do PT enquanto um instrumento político da classe trabalhadora.

Com a derrota eleitoral de 1994 para FHC, o PT abria espaço para uma nova inflexão moderada. Ainda que possamos atribuir como causa da derrota mais a predominância moderada da coordenação real da campanha do que a posição da maioria partidária estabelecida no Encontro, assim como uma conjuntura particularmente difícil, o fato é que a culpa pela derrota será conferida diretamente à direção de esquerda e, desta forma, se reapresentarão com toda a intensidade as teses que defendiam um caminho claro de moderação programática e de ampliação do leque de alianças. (IASI, 2012, p. 504-505)

A partir desse momento, ao nos referirmos ao PT, entendemos não estarmos mais falando em um partido da classe trabalhadora, - reconhecendo ainda certa conectividade, mas agora de forma tuteladora e formal -, tão pouco de um partido anticapitalista e socialista. As bases do projeto de pactuação de classe estão lançadas e estas se afirmarão no intervalo da terceira derrota de Lula, em 1998 e na sua vitória em 2002. A chamada *Carta ao povo brasileiro*, lançada por Lula durante a campanha da disputa em 2002, revelará claramente o abandono integral da estratégia democrática

²¹ Resoluções do 8º encontro Nacional (1993) *Apud* IASI, 2012, p.497

popular e da luta socialista. Um *contrato social* como afirmará o documento histórico será à base dos programas de Governo do PT a partir de 2002.

À conjuntura das grandes lutas sociais dos anos 1980, sobretudo, de sua primeira metade, sucedia-se uma outra, marcada, na sociedade por um ânimo conciliador, moderado, reformista. O PT, cada vez mais concentrado na busca do próprio fortalecimento institucional, polarizado, pelas disputas eleitorais que se sucediam em todas as instâncias da sociedade, via-se sugado por esta dinâmica, que ele não havia previsto, e parecia não controlar. Os militantes *amadores*, que tinham sido a marca registrada do partido em seus inícios escasseavam a olhos vistos, substituídos, por funcionários, assessores, executivos de todos os tipos, do próprio partido ou membros de cargos/funções públicas, vinculados às administrações que se constituíam, e se multiplicavam, em função das vitórias eleitorais. De fato, em 1988, o PT conquistara as prefeituras de São Paulo (Luiza Erundina), de Santos (Telma de Souza), de Porto Alegre (Olívio Dutra), e de Vitória, entre outras 33 cidades, iniciando ali um ciclo de longos governos municipais. Dois anos depois, em 1990, o PT elegeu o primeiro senador, 35 deputados federais e 81 deputados estaduais. (REIS, 2007, p. 13)

2.3 - Considerações finais

Ao contrário de algumas posições que afirmam que a experiência de Lula em 2002 é a prova irrefutável de que a estratégia democrática e popular ou via petista de socialização da economia é uma impossibilidade objetiva na construção do socialismo, assumimos o posicionamento que o Governo Lula²² jamais ousou tentar implementá-la. Ou seja, a estratégia democrática popular e socialista do partido já havia sido flexibilizada ou abandonada em anos anteriores.

Porém, também nos filiamos às posições que afirmam que mesmo se o PT ousasse tentar implementar sua estratégia de “acúmulo de forças”, ou “conquista de hegemonia” vinculada diretamente à chegada ao Governo Federal, não conseguiria alcançar o mérito da transição socialista. As razões se exacerbam. Na tentativa de construção de um projeto alternativo de socialismo que se contrapunha tanto a social-democracia quanto ao socialismo stalinista do leste europeu, o PT navegou pântano e a despeito de sua “originalidade”, que de fato não se mostrou tão original assim, tracejou e reproduziu velhas formas não socialistas de se chegar ao socialismo, ou seja, vias mirabolantes e reformistas que negam a perspectiva da revolução social como estratégia e o socialismo como meta principal.

²² Como foi dito na introdução deste trabalho, o nosso objeto sempre foi o partido dos trabalhadores; sua peculiaridade organizativa, teórica e estratégica. Ademais a isso - buscamos capturar os “problemas” em torno do PT que justificariam sua implosão enquanto um projeto partidário autêntico, classista e socialista dos trabalhadores. Porém, tínhamos a intenção de trabalhar em cima da análise dos Governos Federais encabeçados pelo PT. Por limitações de prazo e da própria estrutura deste trabalho (levando em consideração o extenso debate feito sobre o Partido dos Trabalhadores), percebemos que não alcançaríamos esse objetivo de maneira qualitativa como gostaríamos. Nesse sentido, optamos por não fazê-lo nesse momento. Isso implica em dizer que compreendemos este trabalho, como um estudo ainda em aberto, em conclusão, não terminado. O debate sobre os mais de 13 anos dos Governos liderados pelo PT é fundamental e por si só já seria outro trabalho de conclusão de curso. Portanto, temos a consciência que as conclusões pretendidas com o nosso trabalho ainda são parciais e introdutórias, levando em consideração as potencialidades deste estudo.

Naquilo que inicialmente pensado seria o ápice da estratégia *democrática popular*, à chegada ao Governo Federal como um ponto de inflexão maior, de conquista de “hegemonia” que conduziria a classe trabalhadora a tencionar o sistema social capitalista, supostamente dando impulso para a “revolução” e na construção do “socialismo petista”, na verdade demarca claramente o seu sepultamento enquanto uma estratégia reformista de se construir o socialismo. Em outras palavras, a chegada de Lula em 2002 à presidência da República Governo Central significa claramente o apogeu da adequação do PT ao sistema social, político e econômico capitalista. Impõe-se de forma inexorável o fim do Partido enquanto um instrumento com independência de classe e ideológica. O corpo já em estágio de putrefação, morreu, mas o fantasma ainda continua a nos assombrar.

Nesse sentido, a *Carta ao povo brasileiro*, lançada por Lula em 2002 seria seu epitáfio. Nela fica claro o completo deslocamento de um projeto para o outro, de um socialismo democrático ao neoliberalismo de “alma social”. De uma estratégia da classe trabalhadora a serviço de sua emancipação ao suposto crescimento do Estado Nação; da transição socialista ao “crescimento econômico com distribuição de renda”. Vejamos alguns trechos da famosa Carta de Lula e do PT como demonstração de nossas afirmações.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que obrigado a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo. (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002 p.1)

Diferentemente de inúmeros documentos anteriores gerados e publicados no seio do PT, o referido documento agora exclui completamente a referência à categoria “classe trabalhadora”; agora volta às velhas categorias tuteladoras de um suposto projeto a “serviço” de toda “população”. Outro elemento importante é aquilo que se expõe sobre o suposto projeto alternativo de nação. Vale lembrar ainda que o PT até pouco tempo criticava essa compreensão de projeto nacional no PCB ou projeto nacional desenvolvimentista. Obviamente que no partido comunista esse projeto Nacional libertador tinha uma finalidade socialista. Neste momento histórico do PT não, apenas a tese de um projeto nacional “alternativo”. “Voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo”. Qualquer semelhança com um programa e discurso liberal burguês não é casual.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais

enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalização, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. (*Ibid*, p.1)

Diante de tal afirmação perguntamos: necessita-se de uma declaração maior do que essa para não se projetar um governo essencialmente de conciliação de classes? Mais uma vez não se versa uma palavra em defesa dos direitos dos trabalhadores, agora todas as classes estão diluídas e pactuadas na defesa do “Brasil enquanto nação independente”. Não há mais discriminação e demarcação de classe, todas as classes e seus representantes agora podem se juntar ao projeto petista: “lideranças populares, intelectuais, artistas, religiosos dos mais variados matizes ideológicos, prefeitos, parlamentares não coligados ao PT e principalmente parcelas significativas do empresariado.”

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. (*Ibid*,p.2)

Causa-nos profunda estranheza que em posse desse documento inúmeros militantes comunistas, lutadores sociais legítimos tenham depositado alguma esperança real nesse projeto. Esse trecho é a mais cabal afirmação subalterna do PT e de Lula à burguesia brasileira, além de reafirmar novamente sua intenção de pacto de classes, o seu decidido respeito “aos contratos e obrigações” (aqui se assegura, por exemplo, o respeito à questionável dívida interna e externa) do país não deixam margem de dúvida de que estaríamos esperando um governo essencialmente submisso ao capital.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social. (*Ibid*,p.4)

Entendemos que há outro caminho sem sombra de dúvidas. É o caminho da demarcação de classe, da independência ideológica, da luta que dialoga com as demandas reais da classe trabalhadora, que ouse dizer que almejamos suplantar a irreformável institucionalidade do Estado

Burguês, que vincule de forma real, constante e coerentemente às lutas no limite dos marcos da emancipação política à urgente luta pela emancipação humana, em suma, que ouse ser e sonhar comunista.

O exemplo específico da experiência do PT traz grandes reflexões importantes a todos aqueles vinculados direta ou indiretamente às lutas da classe trabalhadora; um início forjado no calor das lutas populares com uma potência radicalmente transformadora na nossa história, um partido da classe trabalhadora que se propõem a romper com a estrutura da sociedade burguesa e que acaba sendo radicalmente mudado por ela no decurso de sua trajetória.

A história é rica de experiências com semelhanças, respeitando, obviamente as grandes diferenças; desde a trajetória da 2ª Internacional, conhecida como socialdemocrata, implodida pela sua capitulação às burguesias nacionais durante a primeira guerra mundial, passando pela linha de menor resistência da Internacional comunista sob controle do stalinismo em subalternizar os partidos comunistas às chamadas burguesias democráticas no mundo, até as recentes experiências do chamado socialismo do século XXI, como na Venezuela e Bolívia. E tantos outros exemplos poderiam ser colocados.

O que se deve criticar na trajetória do PT é seu melancólico abandono da perspectiva socialista, a sua perda total de independência de classe, a sua adequação ao Estado burguês; a sua estratégia de transição ao Socialismo -, que apesar do que os formuladores entendiam não se revelou de fato tão original na história. Que possamos forjar diferentemente da trajetória do Partido dos Trabalhadores e tantos outros na história, caminhos efetivamente socialistas para se construir de fato o socialismo e vinculando-o como um motor da história à luta pela emancipação humana, ou seja, a construção de uma sociedade para além do capital, um mundo Comunista.

Importante neste momento posicionarmos que diferentemente dos formuladores da *estratégia democrática popular*, produzida pelos quadros do Partido dos trabalhadores, e da estratégia da *revolução democrática nacional*, defendida pelos quadros do Partido Comunista brasileiro, décadas antes, nós compreendemos que o modo de produção capitalista no Brasil e em todo mundo já atingiu toda sua plenitude de desenvolvimento. Isso remete a dizer que não compartilhamos com as teses que justificam as lutas democráticas com o fim em si mesmas ou como etapa inicial de uma “transição”, justificada por um suposto “atraso” no desenvolvimento social, econômico e político brasileiro. Dialogamos sim com as teses que refletem o atual estágio de acumulação capitalista e nossa sociedade de classes a partir do local determinado que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho.

Isso implica em dizer que a classe trabalhadora brasileira tem condições objetivas por lutar diretamente pela revolução socialista. Falta-nos essencialmente em nossa opinião, uma direção política partidária revolucionária que conecte de forma orgânica, *permanente* as lutas cotidianas, democráticas e por reformas no atual estágio de acumulação capitalistas à estratégia da revolução social, ou seja, a tomada do poder real pela classe trabalhadora, para que se possa iniciar nesse momento o processo de destruição ou “fenecimento” do Estado e do seu modo de produção correspondente.

Referências Bibliográficas

BROUÉ, Pierre. **O partido Bolchevique**. Espanha: Marxists Internet Archive, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/broue/1960/partido/index.htm>. Acesso: 01/02/2018

CHASIN, José. **A miséria brasileira. 1964 – 1994: do golpe militar à crise social**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

COUTINHO, Carlos. **Contra a Corrente: Ensaio sobre a democracia e o socialismo**. São Paulo: Cortez Editorial, 2000.

FERNANDES, Florestan: *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. São Paulo: Global, 2009.

FILHO, Rodrigo. GURGEL, Claudio. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

LENIN, Vladimir. **O Estado e revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINI, Ruy. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. **Dialética da Dependência**. México: Editora Era, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf. Acesso: 01/02/2018

MAIER, FÉLIX. **Pequeno dicionário Gramscista**. 2012. Disponível em: http://www.hlage.com.br/E-Books-Livros-PPS/Comunismo-Nazismo-Etc/PEQUENO_DICIONAIO_GRAMSCISTA.pdf.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia Política: Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril cultura, 1982.

_____. **O capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

_____. **Glosas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: L& PM Pocket, 2001.

NETTO, José. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

REIS, Daniel. **O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfose, perspectivas.** Niterói: Núcleo de Estudos Contemporâneos/NEC, 2007. Disponível em:

<http://www.historia.uff.br/culturaspoliticass/files/daniel4.pdf>. Acesso: 01/02/2018

TRABALHADORES, Partido. **Carta de princípios.** 1979. Disponível em:

<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf>. Acesso: 01/02/2018

_____. **Manifesto de fundação.** São Paulo. 1980. Disponível em:

<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>. Acesso: 01/02/2018

_____. **Carta ao povo brasileiro.** São Paulo. 2002. Disponível em:

http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf. Acesso: 01/02/2018

VIEIRA, Marcus, BRUCE, Mariana, RIBEIRO, Monique, QUEIROZ, Nathália. **Revolução Sandinista, Sonhos e desilusões.** Disponível em:

http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Revolucao_Sandinista_editado_0.pdf. Acesso: 17/02/2018